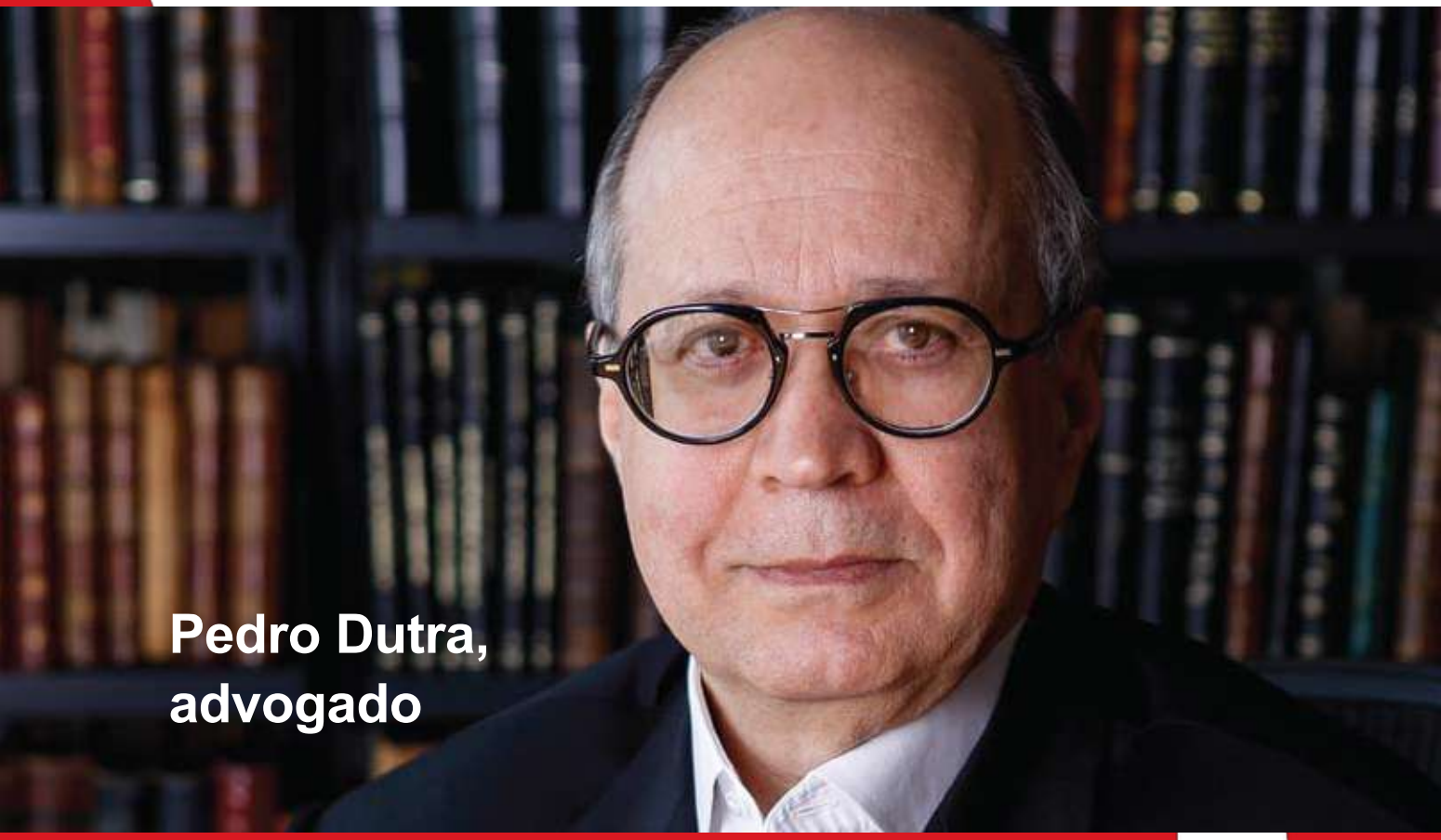
REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XI - NÚMERO 56 - BIMESTRAL - 2015
www.ibefrio.org.br



Pedro Dutra, advogado

Carlos Pires, da KPMG: um *revival* do consumo

Ricardo Martins, da CIESP: o pacote fiscal e a indústria

Esther Nunes, da Câmara Brasil & Canadá: as portas estão abertas

Rodrigo Fragola, da Assespro: o interesse brasileiro e as "*backdoors*"

Estante: Ordem mundial, livro do diplomata americano Henry Kissinger

IBEF
Rio de Janeiro

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

*Usando tecnologia de ponta como: **SAP R/3**, **Navis SPARCS** e também **software proprietário**, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.*

terminais marítimos

*Operamos dois terminais adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o **Terminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro.*

portos secos

*Localizados estrategicamente nas cidades do **Rio de Janeiro**, **Resende** e **Juiz de Fora**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.*

terminais aeroportuários

*Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o **Aeroporto Presidente Itamar Franco** está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros.*

logística integrada

*Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, **oferecemos soluções customizadas de logística integrada.***

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405, Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600 | Fax + 55 21 2262-9486
contato@multiterminais.com.br

www.multiterminais.com.br

Editorial

A hora é de se ter responsabilidade

Por várias vezes em nossa história alguns poucos tentaram inverter nossas aspirações democráticas e a consciência nacional da liberdade.

O populismo, a mentira, a corrupção, o autoritarismo respaldado no apoio cego da população e tantos outros mal feitos mais uma vez estão sendo enxotados da vida pública brasileira.

O povo enganadiço finalmente abre os olhos diante de tanta hipocrisia.

As instituições e os homens de bem começam a cumprir seu papel democrático de faxinar a República.

Os culpados por esta anarquia certamente terão da sociedade o julgamento e a sentença que merecem.

Estamos passando por um momento político e econômico de grandes incertezas e preocupações, mas não adianta lamentar. Cabe agora enfrentar as consequências e de forma civilizada acompanhar os fatos e exigir um novo direcionamento para o país.

Não cabe revanchismo sob pena de amargarmos no futuro um mal maior e muito me preocupa a recente decisão da Câmara dos Deputados acerca do fator previdenciário que irá aumentar o valor da aposentadoria de quem se aposenta por tempo de contribuição, nas condições beneficiadas pela emenda aprovada.

A hora é de se ter responsabilidade.

A **Revista IBEF edição 56** convida a todos para estarmos atentos e discernir o certo do errado nas decisões de quem quer que seja e nos manifestarmos em favor de um Brasil melhor.

Junho 2015
Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

CAPA.....2
Pedro Dutra: o preço do serviço público.

OPINIÃO.....4
Paulo Cesar Costa de Araujo Feio: o *Compliance* como blindagem da marca.

OPINIÃO.....5
Esther D. Nunes: as portas estão abertas.

INTERNACIONAL.....6
Moeda e crise econômica global.

OPINIÃO.....8
Ricardo Martins: o pacote fiscal e as consequências na indústria.

SUSTENTABILIDADE.....10
Francisco Bulhões: CCR cria Instituto para gestão da Sustentabilidade.

INTERNACIONAL.....12
Estudo global: líderes empresariais admitem "Ainda não estamos prontos para o futuro".

SAÚDE.....14
Excesso de peso atinge 52,3% da população do Sudeste.

INTERNACIONAL.....16
Colômbia busca aumentar suas relações comerciais com Brasil através do "Descubra Colômbia".

INTERNACIONAL.....17
SGP Solar capta € 100 milhões para financiar projetos de energia solar no Brasil.

FINANÇAS.....18
Plano anual de fiscalização da RFB para 2015: fique atento a eventuais procedimentos.

NACIONAL.....20
Claudio Contador - A atual conjuntura: a economia segundo Stanislaw Ponte Preta.

INTERNACIONAL.....24
Valor Intangível: uma estrela em ascensão.

OPINIÃO.....25
Mário Massagardi: multifísica é a bola da vez.

NACIONAL.....26
Lei do Bem: você sabe o que é?

NACIONAL.....27
Mapeamento inédito mostra retrato mais detalhado da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.

OPINIÃO.....28
Carlos Pires: Um revival do consumo.

OPINIÃO.....29
Bernardo Vilhena: o Rio de Janeiro, o Beco das Garrafas e a MPB.

NACIONAL.....30
Biblioteca Nacional e Instituto Moreira Salles lançam portal de fotos históricas.

DAY TRADE.....32
Coluna de informação.

INTERNACIONAL.....36
NASA contrata capacidade do satélite SES-14.

OPINIÃO.....37
Lúcia Helena Barros - Terceirização: entenda em que passo está o PL Nº 4.330/2004.

OPINIÃO.....38
Rodrigo Fragola: o interesse brasileiro e as "backdoors" importadas.

OPINIÃO.....40
Benjamin Yung: crise para uns, oportunidade para outros.

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais.

INTERNACIONAL.....42
Brasil e México unem forças pelo Turismo.

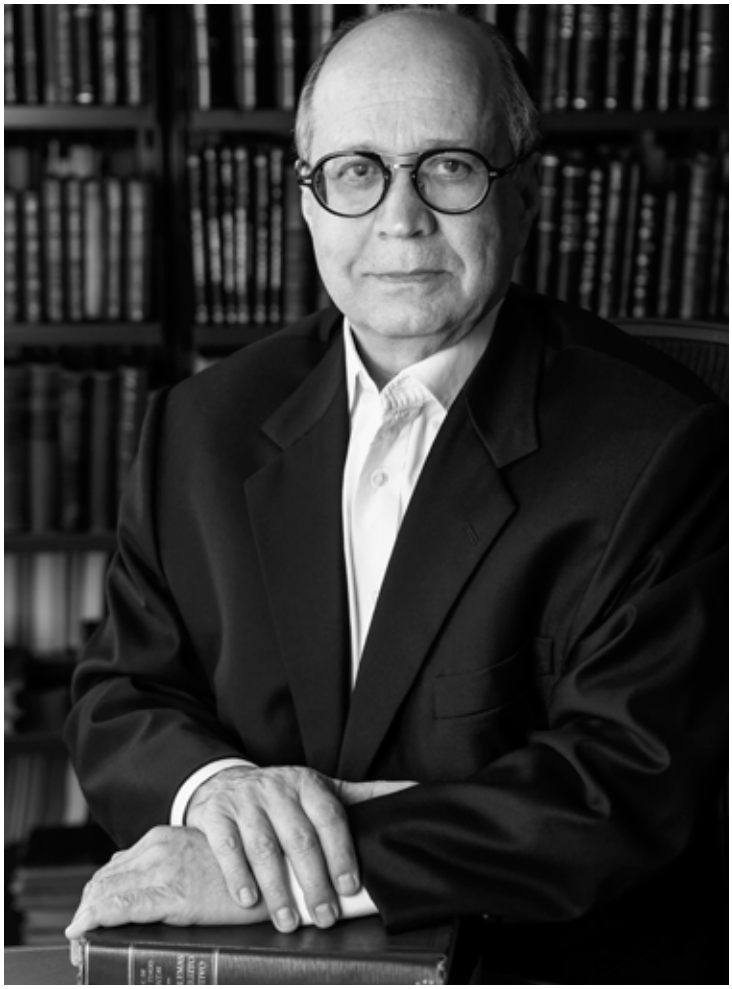
NACIONAL.....44
Crescimento econômico do Brasil deve ser imediatamente retomado.

JURISPRUDÊNCIA.....46
Lúcio Flávio S. de Paiva: crescimento econômico do Brasil deve ser imediatamente retomado.

INTERNACIONAL.....48
Design brasileiro exporta mais de US$ 5 milhões em serviços nos últimos 12 meses.

O preço do serviço público

*Pedro Dutra**



Tarifa é a contraprestação em dinheiro paga pelo usuário ao concessionário de um serviço público. Ela deve corrigir a inflação, remunerar os custos dos serviços, inclusive os investimentos de manutenção, a sua ampliação e inovação, e assegurar lucro razoável ao concessionário.

O cálculo da tarifa traduz uma equação econômico-financeira que considera o prazo, geralmente longo, do contrato de concessão, para garantir ao prestador a remuneração a ele devida. A fórmula jurídica da concessão é dominada há mais de um século, e a teoria econômica é capaz de apurar e estimar com precisão os fatores necessários à composição de um equilíbrio econômico-financeiro indispensável ao êxito desse regime.

O impasse a que o país assiste sobre esse tema não é, portanto, de natureza técnica, e sim devido à cultura política vigente, a qual, mesmo vencida, ainda acha defensores no governo, sob o argumento de deverem ser as tarifas módicas. Modicidade é razoabilidade e,

> *“A falha deste governo está em não dizer aos seus opositores internos que ele não pode ter compromisso com proposições ideológicas que confrontem a realidade e que, ao final, desatendem ao interesse público.”*

no caso, significa não ser a a tarifa abusiva. Porém o valor da tarifa, no Brasil, é, muitas vezes, acrescido pelos encargos sobrepostos ao prestador pelo Poder Público, além da prestação ordinária do serviço concedido. Ou seja, obras adicionais, obrigações de fornecer pronto socorro (estradas), vias de acesso, renovação de frota, etc. – todos esses encargos extras ao serviço objeto da concessão são e devem ser acrescidos ao valor da tarifa, fato jamais informado aos usuários pelo Poder Público.

O pressuposto de um regime eficaz de concessão acha-se afirmado pela experiência: assegurado um lucro por um prazo longo em índice até um pouco inferior ao do mercado, o investidor privado é mais eficiente na execução dos serviços do que o poder público. Admitido esse dado da experiência, o regime de concessão exige do Poder Público, entre outras, duas ações. O estrito cumprimento do contrato de concessão, por meio de agência reguladora agindo de forma exclusivamente técnica; e o desassombro do Executivo em explicar aos usuários o regime de concessão adotado.

Regulação técnica é aquela executada de forma não partidária, sem interferência de outros critérios ou objetivos senão aqueles estipulados na Lei e no contrato de concessão, sendo os conflitos decorrentes dessa regulação decididos exclusivamente pelo Judiciário.

A defesa desse regime exige que o Executivo explique aos usuários o fato de que serviços públicos que os atendam devidamente precisam ser remunerados por tarifa capaz de permitir a execução lucrativa deles. E que o Executivo irá, em forma a ser também debatida e exposta amplamente, subsidiar os usuários cuja renda não os permita arcar com o custo desses serviços.

O atual governo vem enfrentando tenaz resistência de uma cultura renitente: a de que o acredita capaz de fixar uma tarifa mágica, abaixo da inflação e lucrativa, e, por isso, não deve ceder à (alegada) ganância do investidor privado.

A falha deste governo está em não dizer aos seus opositores internos que ele não pode ter compromisso com proposições ideológicas que confrontem a realidade e que, ao final, desatendem ao interesse público.

**** Advogado.***

O *Compliance* como blindagem da marca

*Paulo Cesar Costa de Araujo Feio**

Quanto vale a sua empresa? Esta pergunta todo sócio de empresa faz periodicamente sobre sua empresa. Mas será que ela pode perder o valor rapidamente?

Temos visto na atual crise, uma serie de empresas apresentando dificuldades financeiras com a queda nas suas vendas, e as vezes, também com incrementos significativos dos seus custos. Quando andamos pelas ruas da cidade, podemos perceber lojas tradicionais e outros estabelecimentos estão fechando as portas. A crise tem feito suas vítimas implacavelmente, e as vezes, até de forma avassaladora e dura.

Contudo, nada pode ser pior para uma empresa e seus sócios do que ver o nome da empresa na mídia, envolvida num processo de corrupção e/ou de lavagem de dinheiro. No primeiro instante, mais do que o nome, a sua marca desce ladeira abaixo, na desconfiança e no descrédito, não só dos seus clientes e fornecedores, mas também da população que vê os seus recursos mal administrados e quase sempre escasso para suprir as necessidades básica da cidadania – saúde, educação, prestação de serviços... Quanto vale a sua marca? Hoje, temos ouvido falar bastante em governança corporativa, leis de combate a corrupção e a lavagem de dinheiro, controles internos e o termo em inglês - *compliance*.

A propósito, a Lei anticorrupção veio premiar com redução da multa, as empresas que possuírem uma governança corporativa e um *compliance* efetivos. Porem, não adianta só criar os controles, os canais de comunicação, todo um sistema de condução das denúncias, etc., se não for feita uma avaliação periódica de que tudo o que foi feito está funcionando e se está de acordo com as normas estabelecidas. Neste contexto, o *compliance* vem assumindo vital importância no controle e detecção da pratica de ilícitos e blindando imagem e a marca da empresa, uma vez que ele avalia se todos o processo de governança e de controles internos estão cumprindo os seus papeis com eficácia.

Em abril de 2015, uma pesquisa apontava que apenas 20% das empresas possuíam governança e *compliance*. Efetivamente, é um número pequeno para o que está previsto na legislação tanto quanto anticorrupção, quanto a lavagem de dinheiro.

Cabe ressaltar que alguns dirigentes de empresas pensam que os crimes de lavagem de dinheiro estão sendo tratado apenas em alguns seguimentos supervisionados como Banco Central, Susep e CVM. A Lei 9.613 não faz distinção com relação ao tipo de empresa ou seguimento. Ela alcança todas as empresas.

A questão que fica no ar é: Os sócios e dirigentes irão reduzir o risco das empresas, implantando uma governança e um *compliance* e melhorar a gestão ou irão conviver com esse risco? A escolha poderá representar uma gestão antenada com o mercado e voltada para a melhorar nos controles da empresa ou uma gestão de riscos em que a qualquer momento sua empresa poderá teu o nome e marca com uma imagem negativa junto ao mercado! Isto sem falar que todo o processo de governança e *compliance* apontam para um mercado seletivo em que as empresas que tiverem este processo serão vistas com "bons olhos" pelos seus parceiros comerciais.

** Líder em Compliance & Due Diligence e sócio da BKR-Lopes, Machado Auditores.*

As portas estão abertas

*Esther D. Nunes**

Brasil e Canadá sempre mantiveram as melhores relações de amizade e demonstraram grande respeito e admiração um pelo outro. Apesar disso, até há pouco tempo, o ambiente positivo não se refletia nos negócios bilaterais. Contudo, esse cenário começa a mudar e as estatísticas comerciais vão revelando, pouco a pouco, o enorme potencial desse entrosamento. O momento de crise oferece oportunidades para as empresas do gigante da América do Sul no gigante da América do Norte.

Em 2014, a queda no preço das commodities impactou as exportações brasileiras com uma redução de 7% em valor, em relação ao ano anterior.

Que o ano de 2014 foi fraco para o comércio exterior brasileiro já é do conhecimento geral, assim como o fato de que o país sempre focou suas exportações em commodities com pouco valor agregado e enormes volumes de vendas, representando um risco muito grande. A boa nova é que graças a uma mudança de perfil que está surgindo na pauta nacional, com a diversificação de produtos e a inclusão de mercadorias de maior valor agregado, os números começam a mudar na relação com o Canadá. Só nos primeiros três meses de 2015, as trocas bilaterais tiveram um incremento de 10%, com exportações do Brasil para o Canadá de US$ 487,59 milhões e importações de US$ 581,94 milhões, o que faz com que a balança comercial neste momento seja de US$ 94,35 milhões em favor do Canadá.

Nesse ritmo, e analisando o cenário internacional do momento, já se pode vislumbrar um aumento no comércio bilateral Brasil – Canadá, não só em valores absolutos, como também em diversificação de produtos.

Nesse sentido, o "Global Markets Action Plan" divulgado pelo governo Canadense, coloca o Brasil como um dos mercados prioritários para o Canadá, reconhecendo o grande potencial de crescimento nas relações comerciais e de investimentos no nosso país, e a percepção de que o Brasil poderá melhor valorizar as capacidades da indústria e do mercado de serviços canadenses. O documento ressalta alguns nichos de mercado como prioritários: Aeroespacial, Educação, Tecnologia da Informação e Comunicações, Infraestrutura, Oil & Gas e tecnologias Sustentáveis.

E, nesse contexto, a CCBC – Câmara de Comércio Brasil-Canadá, entidade independente sem fins lucrativos, desempenha papel de extrema importância.

A CCBC, há mais de 40 anos, trabalha para promover e apoiar as relações de comércio, investimentos, Intercâmbio cultural e tecnológico entre Brasil e Canadá.

Além destes setores, a área de Inteligência Comercial da CCBC também identificou grandes oportunidades nas áreas de Turismo, Saúde, Agronegócio, Alimentos e Startups, criando *task forces* para o desenvolvimento de cada um desses tópicos.

Com o suporte das respectivas embaixadas e consulados, a CCBC tem organizado várias missões comerciais e rodadas de negócios nos dois países, promovendo de forma programada e sistemática o acesso a oportunidades reais de negócios. Exemplos mais recentes são as missões Brasileiras no Canadá: Plásticos/Utilidades Domésticas com 294 reuniões de negócios e do Café com 133 reuniões em Toronto e Montreal.

As portas estão abertas, agora é só aproveitar as oportunidades!

** Presidente Câmara de Comércio Brasil-Canadá*

Moeda e crise econômica global

Como podem os países em desenvolvimento acelerar o crescimento econômico se estiverem sujeitos a altas taxas de juros e de câmbio? Por que é tão difícil fazer com que esses tópicos se convertam em medidas práticas na agenda dos foros multilaterais, como G-20 e FMI? Como o Brasil vem lidando com tais questões?

O livro "Moeda e crise econômica global", de Luiz Afonso Simoens da Silva da Editora Unesp, discute o assunto em profundidade para erigir uma sólida crítica ao discurso das nações desenvolvidas, defensoras de taxas flutuantes de juros e câmbio e de liberdade plena para os fluxos internacionais de capital. O autor examina eventos como o colapso de 1929, o Acordo de Bretton Woods, a crise da dívida dos países em desenvolvimento e a crise corrente, deflagrada em 2007 nos Estados Unidos, para concluir que os anos dourados do capitalismo industrial, vivenciados desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o começo dos anos 1970, se deram em ambiente fortemente regulado. A Lei Glass-Steagall, de 1933, e o Acordo de Bretton Woods, de 1944, subordinaram o capital financeiro à esfera produtiva, impondo taxas de juros fixas, taxas de câmbio administradas e controle dos fluxos de capital de curto prazo.

As crises das últimas décadas, por outro lado devem-se à desordem econômica provocada pela falta de regulação dos mercados. O contexto que resultaria na crise atual, de acordo com o estudo, começou a ser delineado em 1973 quando se iniciou um período de transição, marcado pela recuperação das economias alemã e japonesa e também pelos desequilíbrios orçamentários dos Estados Unidos, decorrentes da Guerra do Vietnã e dos dois choques do petróleo. Fragilizada, a superpotência abriu caminho para um novo período de desregulação, no início dos anos oitenta, levando ao poder o neoliberal Ronald Reagan, dois anos após a ascensão de Margaret Thatcher no Reino Unido. A desenfreada especulação financeira que se seguiu redundaria na crise financeira corrente.

Assim, pontua o autor, enquanto o cataclismo de 1929 foi contido por meio de potente regulação, nos Estados Unidos a crise atual entra em seu oitavo ano sujeita às restrições insatisfatórias da Lei Dodd-Frank de 2010: "O presidente Barack Obama preferiu inundar o mundo com dólares, esperar que a tempestade passasse com o tempo e optou por voltar-se às discussões internas ligadas à obrigatoriedade dos planos de saúde, para desespero de muita gente, particularmente na Europa".

Satisfeitos com esses encaminhamentos, analistas do mercado começaram a enfatizar que a normalidade estava à vista. Para o autor, porém, a enorme insatisfação mundial demonstrada em manifestações de massa em todos os continentes expressa a percepção de que o preço do ajuste recaiu sobre as camadas mais débeis das populações e que o colapso pode se repetir: "O sentimento não é gratuito, porque as democracias representativas não mostraram força ou empenho suficientes para se impor à avassaladora vitória do capital financeiro".

TRECHOS

"Não há como pensar em uma volta à época em que o sistema financeiro era apenas funcional à estrutura produtiva e comercial do país. Aquele foi um período em que os horizontes de negócios eram mais largos e as remunerações dos dirigentes se baseavam na rentabilidade que suas intervenções traziam para o banco. [...] Era necessário enfrentar o próprio centro do poder atual, o capital financeiro. Como entre ratos não há candidatos a colocar o guizo no pescoço do gato, o fim de uma era de ajustes e de retorno aos lucros implica meramente a volta a uma forma especulativa e instável de atuação. É, então, possível que essas crises se repitam? Sim, é não só possível como faz parte da própria lógica do sistema, assim como picar é da natureza do escorpião".

"O presidente de um potentado econômico, cínico, mas realista, dizia ser preciso dançar em todos os bailes, mas que seria sempre bom fazê-lo perto da porta de saída". A observação procede porque, provavelmente sem o saber, ela reflete uma análise de corte marxista. Para Belluzzo (2012, p.88), o capital a juros é a forma mais acabada de existência do capital, porque é a mais livre e líquida, ao mesmo tempo em que crescentemente centralizada. 'Apenas dessa maneira [o capital] pode fluir sem obstáculos, para colher novas oportunidades de lucro e, concomitantemente, reforçar o poder do capital industrial e mercantil imobilizado nos circuitos prévios de acumulação'. "A riqueza líquida não é uma deformação da acumulação de capital físico, mas uma 'evolução' para uma forma superior de exploração capitalista."

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Tecnologia e Direito Digital
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000

Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002

São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

designground

O pacote fiscal e as consequências na indústria

*Ricardo Martins**

Num momento em que a indústria passa pela desaceleração da produção, forte concorrência dos importados, crise hídrica e elétrica, vem o governo com um novo pacote fiscal. O corte seco nas desonerações tributárias vem acirrar os ânimos da política econômica e apresenta claros sinais de recessão.

O governo resolveu equilibrar seu orçamento, mas a conta, mais uma vez, quem pagará será o empresário e o trabalhador brasileiros. Não importa se por medida provisória ou por projeto de lei, o ajuste fiscal anunciado onera a carga tributária, reduz investimentos, corta empregos, benefícios trabalhistas e previdenciários.

Se passar no Congresso, calculam os especialistas, a perda de lucratividade das empresas com o pacote fiscal representa de 1% a 2% de sua margem líquida. Até quando a União vai recorrer ao contribuinte para acertar os gastos públicos?

A elevação das alíquotas de contribuição previdenciária, que desonerava a Folha de Pagamento, o aumento nas tarifas de PIS/Cofins nas importações, o retorno da taxa Cide sobre combustíveis, entre outros itens do pacote econômico, certamente impactará sobre toda a cadeia produtiva e sobre a geração de emprego e renda.

A maior parte dos aumentos foi feita por Medida Provisória, que foi rechaçada pelo Senado Federal, uma vez que a carga tributária só pode ser modificada por lei. Mesmo assim, o Executivo já enviou ao Legislativo o projeto de lei que regulamenta os ajustes. Nossa esperança é que os parlamentares se sensibilizem com a falta de competitividade, com a queda da produção da indústria e com a provável

> *O impacto já está sendo sentido pelo consumidor, que viu os preços dos produtos aumentarem do dia para a noite, e implica diretamente no custo dos setores de transportes e logística das empresas."*

redução do emprego no país que tais aumentos proporcionarão e aliviem os exageros das medidas.

Trabalhadores e patrões, reunidos do mesmo lado da mesa de negociações, defendem que o ajuste fiscal seja feito sobre o controle dos gastos do governo e não com aumento de impostos, corte nos investimentos e redução de direitos trabalhistas. Para se ter uma ideia, nos últimos 20 anos, a carga tributária passou de 25% para 36% do PIB. Com a alta proposta pelo governo, crescerá para 38,5%. Isso não é justo com a classe produtiva nacional.

Desoneração da Folha de Pagamento - Desde 2011, 56 segmentos produtivos foram beneficiados com a redução de encargos sobre a folha de pagamento, ou seja, as empresas desses setores deixaram de contribuir para a Previdência Social e passaram a pagar taxas de 1% a 2% sobre o faturamento. Em 2014, o número de segmentos atendidos foi ampliado para 60 e o benefício tornou-se permanente.

Com a nova regulamentação, as alíquotas de 1% de contribuição sobre a receita bruta passam para 2,5%. Já as alíquotas de 2% passam para 4,5%. No entanto, o recolhimento sobre faturamento passa a ser opcional para os setores beneficiados, que podem voltar à sistemática anterior, pagando 20% de imposto sobre a folha de pagamento.

Retorno da Cide-Combustível - Com a volta da Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), o litro da gasolina aumentou R$ 0,22 e o litro do diesel foi elevado em R$ 0,15.

O impacto já está sendo sentido pelo consumidor, que viu os preços dos produtos aumentarem do dia para a noite, e implica diretamente no custo dos setores de transportes e logística das empresas.

Aumento do PIS/Cofins nas importações - A partir de junho, está previsto um acréscimo de 11,75% nas alíquotas das contribuições do PIS/Confins nas importações. As empresas que dependem de matéria-prima ou itens importados sofrerão diretamente com o aumento.

Reintegra menor - Por meio de decreto, o governo reduziu de 3% para 1% o ressarcimento do Reintegra, benefício concedido aos exportadores. A redução já está em vigor desde o mês de março.

O momento é de perplexidade, de insegurança jurídica e política no País. Aumento de carga tributária significa perda de competitividade no cenário internacional. Para nós, acentua o processo de desindustrialização que vem sofrendo nosso país. Queremos que o governo proponha medidas que estimulem a produção industrial, que melhore as oportunidades de capacitação de nossos profissionais e fortaleça os setores produtivos.

**** Diretor titular do CIESP Leste.***

CCR cria Instituto para gestão da Sustentabilidade

*Francisco Bulhões**

Não é de hoje que o Grupo CCR investe em sustentabilidade. A companhia é referência nacional no tema e já foi diversas vezes premiada por suas iniciativas. Uma trajetória sólida, mas que agora ganha um capítulo especial com a criação do Instituto CCR, uma organização privada sem fins lucrativos que terá a função estratégica de organizar de forma centralizada os investimentos da companhia em programas e projetos culturais, sociais, esportivos e educacionais em quatro áreas temáticas: Saúde e Qualidade de Vida, Meio Ambiente e Segurança Viária, Cultura e Esporte, além de Educação e Cidadania.

Em um momento de retração e ajustes na economia, a decisão de investir em projetos sociais pode parecer ousada. Ocorre que a sustentabilidade está no DNA do Grupo CCR, daí a razão de intensificar a experiência. Com a iniciativa do Instituto, a companhia amplia sua estratégia de atuação visando consolidar-se como um dos maiores investidores sociais privados do país.

A criação do Instituto CCR é, portanto, o resultado de uma longa história que foi sendo construída ao longo de muitos anos. Desde 2003 a companhia apoiou mais de 500 projetos e programas em 120 cidades. Um grande número de ações que já beneficiou cerca de sete milhões de pessoas, número que supera a população da capital fluminense, por exemplo, para efeito de comparação.

A lista inclui iniciativas próprias como o Programa Estrada para a Saúde, que oferece exames periódicos gratuitos para caminhoneiros; e o Estrada para a Cidadania, um dos maiores programas privados de educação para o trânsito e preservação ambiental do país. O Grupo CCR também aposta em projetos oriundos de leis de incentivo, como o BuZum! e o Cine em Cena, que levam cultura às comunidades vizinhas das rodovias administradas pela companhia; além do Rugby para Todos e do campeonato brasileiro da modalidade, que estimulam o esporte como fator de inclusão social.

Com a criação do Instituto CCR, novas ideias e projetos surgirão. O orçamento para os primeiros cinco anos será de R$ 330 milhões, cifra que envolve recursos próprios e incentivados. A companhia encara assim o desafio de investir cada vez mais em responsabilidade socioambiental, promovendo o desenvolvimento sustentável e fomentando a cultura brasileira e a cidadania, em uma dinâmica na qual todos saem vitoriosos.

** Presidente do Instituto CCR e Diretor de Comunicação e Sustentabilidade do Grupo CCR*

mood³

É POSSÍVEL DESENVOLVER A MOBILIDADE NO BRASIL DE MUITAS FORMAS. A CCR ESTÁ PRESENTE EM VÁRIAS DELAS.

Quem for às rodovias, metrôs, aeroportos e barcas administradas pela CCR vai ver milhões de pessoas que tiveram suas vidas tocadas pela mobilidade. E mais: vai ver um país em crescimento. Já são 16 anos de soluções que movimentam pessoas e economias. É assim, discutindo e renovando a mobilidade no País, que a CCR ajuda o Brasil a chegar lá, todos os dias. **É por aqui que a gente chega lá.**

www.ccr.com.br

É por aqui que a gente chega lá.

CCR

Estudo global: líderes empresariais admitem "Ainda não estamos prontos para o futuro"

Pesquisa revela atributos cruciais para os negócios se manterem em dia com a Geração da informação

- Nova pesquisa global esquadrinha a psique e o impacto da Geração da informação;
- O Institute For The Future mostra como os dispositivos móveis, as redes sociais, a nuvem e o big data democratizaram a informação e as expectativas do consumidor, que mudaram definitivamente;
- Líderes empresariais concordam em cinco atributos cruciais para os negócios se manterem em dia com a Geração da informação;
- Pesquisa mostra o baixíssimo número de organizações que fazem isso muito bem e na empresa como um todo;
- Previsões para 2024: grandes mudanças na privacidade e no consumo de informações, tecnologia e dados econômicos em um futuro inteiramente orientado pelos dados.

Seja trabalhando, mantendo a forma, estudando, nos divertindo, fazendo compras on-line ou assistindo à TV, estamos criando novas demandas digitais às empresas com as quais lidamos. Um novo estudo, The Information Generation: Transforming The Future, explora o impacto de uma crescente comunidade global de cidadãos digitais. Essas pessoas estão sempre conectadas, envolvidas em atividades on-line e têm, nas pontas dos dedos, informações do mundo inteiro. Elas também veem o mundo de maneira muito diferente. Baseado em informações de 3.600 líderes empresariais, entre diretores e executivos de 18 países, o estudo revela novas expectativas das pessoas e identifica os atributos fundamentais para uma organização competir com êxito e prosperar neste novo cenário.

Como esperado, a quase totalidade dos líderes empresariais pesquisados (96%) acredita que as novas tecnologias mudaram definitivamente as regras dos negócios. Além disso, 93% relatam que os recentes avanços tecnológicos estão redefinindo as expectativas do cliente, e quase todos dizem que isso se acelerará na próxima década. As expectativas do consumidor mais mencionadas são: acesso mais rápido aos serviços, acesso e conectividade 24 horas por dia, 7 dias por semana, "seja onde for", acesso a mais dispositivos e uma experiência personalizada mais exclusiva.

O objetivo a redefinir: atributos de negócios fundamentais para o futuro

Devido às novas demandas orientadas pela Geração da informação, as empresas concordam em que essa transformação é essencial. Os líderes empresariais identificaram cinco atributos cruciais para uma empresa surpreender – e não ser surpreendida – e todos eles estão ligados à informação:

1. Reconhecer bem cedo novas oportunidades no mercado
2. Demonstrar transparência e confiabilidade
3. Inovar com agilidade
4. Oferecer experiências personalizadas e exclusivas
5. Funcionar em tempo real

Embora os líderes empresariais concordem em que esses atributos têm alta prioridade, eles admitem que muito poucos lidam com esses atributos muito bem e em toda a empresa. Apenas 12% conseguem perceber novas oportunidades, 9% inovam com agilidade, 14% demonstram transparência e confiabilidade e 11% oferecem experiência personalizada ou funcionam em tempo real (12%) – e o fazem bem e em toda a empresa.

Além disso, por volta de 2020 mais de 7 bilhões de pessoas em no mínimo 30 bilhões de dispositivos terão criado 44 zettabytes de dados (ou 44 trilhões de gigabytes), segundo a Gartner e a IDC, respectivamente. Isso está levando rapidamente a um mundo em que quase todo elemento da vida estará ligado a dados. Embora as empresas saibam que podem lucrar com esses dados, 49% delas admitem não saber como. Isso inclui:

- Mesmo com 70% dizendo que podem obter informações com esses dados, apenas 30% são capazes de lidar com elas em tempo real;
- 52% admitem que não usam os dados com eficiência ou estão soterrados pela avalanche de informações;
- Somente 24% se consideram "muito bons" em transformar os dados em informações e ideias úteis;

Enquanto as empresas se alinham e se preparam para atender à evolução das expectativas dos clientes, o mundo está evoluindo em um ritmo igualmente rápido. O Institute For The Future previu grandes e importantes mudanças na forma de a tecnologia continuar a transformar o mundo por volta de 2024. Há claros sinais de um movimento na direção de um mundo no qual praticamente todo elemento da vida estará ligado a dados. As pessoas e as corporações venderão, doarão e negociarão informações em negociações abertas. Objetos inanimados ganharão vida à nossa volta, tornando-se mais alertas, responsivos e conectados. A tomada de decisões será aperfeiçoada pela inteligência artificial de um modo nunca visto. As informações serão comunicadas e absorvidas por vários sentidos humanos. Com novas ferramentas, os consumidores serão capazes de controlar melhor sua privacidade. Nessa nova ordem mundial, o valor se deslocará dos produtos e serviços para as informações que eles geram.

Palavras de Executivos

"Os consumidores estão exigindo mais das organizações com as quais interagem", diz David Goulden, CEO da EMC Information Infrastructure. "Os negócios 'nascidos na nuvem' já estão promovendo esta nova forma de viver, e os negócios mais antigos precisam repensar e criar formas de transformação e adaptação para atender às expectativas desses novos consumidores. No caso dos que estão se redefinindo para participar deste novo mundo, a transformação precisa ser focada, objetiva e integral."

"Nossa missão é fornecer uma previsão prática de um mundo que está passando por uma rápida mudança – e ajudar a transformar ideias em ação", diz Rachel Maguire, Diretora de Pesquisa do Institute for the Future. "É essencial explorar sistematicamente as implicações de longo prazo de uma era em que a informação está no centro de tudo o que fazemos, recondicionando-nos continuamente de modos que sequer imaginamos. Em todo o mundo, as organizações com mais capacidade de lidar com as informações – se já estiverem prontas – liderarão uma das transformações mais significativas da História."

Metodologia

A pesquisa foi realizada pelo Institute for the Future e pela Vanson Bourne, a pedido da EMC. A Vanson Bourne entrevistou 3.600 líderes empresariais em 18 países, abrangendo empresas de grande e médio porte em nove setores para determinar os principais fundamentos empresariais exigidos para ter sucesso hoje e ao longo da próxima década. O Institute for the Future dirigiu a criação do estudo para identificar e prever os fundamentos e as mudanças no novo mundo digital. Os fundamentos e os questionários da pesquisa baseiam-se em workshops e entrevistas aprofundadas com mais de 40 influentes tomadores de decisão de todo o mundo e especialistas de vários setores, com uma combinação de líderes acadêmicos, setoriais, de organizações sem fins lucrativos e de grandes instituições de pesquisa e consultoria.

Excesso de peso atinge 52,3% da população do Sudeste

Pesquisa do Ministério da Saúde mostra que obesidade estabiliza no Brasil, mas índice de pessoas acima do de peso cresce. Por outro lado, o aumento da prática de atividade física e alimentação com menos gordura apontam que a população está buscando hábitos mais saudáveis

O índice de obesidade está estável no país, mas o número de brasileiros acima do peso é cada vez maior. Pesquisa do Ministério da Saúde, Vigitel 2014, alerta que o excesso de peso já atinge 52,5% da população adulta do país. Essa taxa, nove anos atrás, era de 43% - o que representa um crescimento de 23% no período. Na região Sudeste, o índice de pessoas com sobrepeso é de 52,3%. Os quilos a mais na balança são fatores de risco para doenças crônicas, como as do coração, hipertensão e diabetes, que respondem por 72% dos óbitos no Brasil.

Também preocupa a proporção de pessoas com mais de 18 anos com obesidade, 17,9%, embora este percentual não tenha sofrido alteração nos últimos anos. Considerando somente a população da região Centro-Oeste, a proporção é de 17,1%.

"O mais importante para o Brasil neste momento é deter o crescimento da obesidade. E nós conseguimos segurar esse aumento. Isso já é um grande ganho para a sociedade brasileira. Em relação ao sobrepeso, não temos o mesmo impacto da obesidade, de estabilização, mas também não temos nenhuma tendência de crescimento disparando", destaca o ministro da Saúde, Arthur Chioro. "No Brasil não há tendência de disparos como nos outros países em que o crescimento da obesidade é avassalador. Em comparação com nossos vizinhos conseguimos deter o crescimento, quando é essa a tendência", reforça. O índice de obesidade do Brasil está abaixo, por exemplo, da Argentina (20,5%), Paraguai (22,8%) e Chile (25,1%).

Entre os homens e as mulheres brasileiros, são eles que registram os maiores percentuais. O índice de excesso de peso na população masculina chega a 56,5% contra 49,1% entre elas, embora não exista uma diferença significativa entre os dois sexos quando o assunto é obesidade. Em relação à idade, os jovens (18 a 24 anos) são os que registram as melhores taxas, com 38% pesando acima do ideal, enquanto as pessoas de 45 a 64 anos ultrapassam 61%.

A pesquisa demonstra ainda que as pessoas com menor escolaridade, 0 a 8 anos de estudo, registram a maior índice, 58,9%, enquanto 45% do grupo que estudou 12 anos ou mais está acima do peso. O impacto da escolaridade é ainda maior entre as mulheres, em que o índice entre os mais escolarizados é ainda menor, 36,1%. As mesmas diferenças se repetem com os dados de obesidade. O índice é maior entre os que estudaram por até 8 anos (22,7%) e menor entre os que estudaram 12 anos ou mais (12,3%).

O Vigitel 2014 entrevistou, por inquérito telefônico, entre fevereiro e dezembro de 2014, 40.853 pessoas com mais de 18 anos que vivem nas capitais de todos os estados do país e do Distrito Federal. Realizada desde 2006 pelo Ministério da Saúde, a pesquisa, ao medir a prevalência de fatores de risco e proteção para doenças não transmissíveis na população brasileira, serve para subsidiar as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

"O Brasil tem feito algo inédito no mundo, que é manter esse sistema de monitoramento durante tantos anos. Nós sabemos que a obesidade e o excesso de peso são problemas generalizados no mundo e por essa razão o Vigitel é importante para subsidiar as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças", destacou a diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, Deborah Malta.

Além do avanço do excesso de peso e da obesidade, outros indicadores levantados pelo Vigitel também apontam para o maior risco de doenças crônicas entre os brasileiros. Do total de entrevistados em todo o país, 20% disseram ter diagnóstico médico de colesterol alto. Nesse caso, são as mulheres que registram percentual acima da média nacional, de 22,2%, contra 17,6% entre os homens. Em ambos os sexos, a doença se torna mais comum com o avanço da idade e entre as pessoas de menor escolaridade. Entre os que têm mais de 55 anos o índice ultrapassa 35%. O percentual de colesterol alto no Centro-Oeste do país é 18,9%.

Top Down, há 28 anos contribuindo com o bem-estar da sua empresa.

HÁ 28 ANOS NO MERCADO DE TI, A TOP DOWN É CONSULTORA NA ÁREA DE INFORMÁTICA. COM PACOTES PRÉ-FORMATADOS E SISTEMAS DESENVOLVIDOS SOB MEDIDA, CONTRIBUÍMOS COM A GESTÃO DE SUA EMPRESA DE MANEIRA TOP, PARA QUE VOCÊ FOQUE SEUS ESFORÇOS NOS PONTOS PRINCIPAIS DO NEGÓCIO. O DOMÍNIO DA TECNOLOGIA ALIADO AO DIÁLOGO E CUMPLICIDADE SÃO OS VALORES PRINCIPAIS NO RELACIONAMENTO DE NOSSA EQUIPE COM OS CLIENTES.

O Top Saúde Médico é o produto ideal para seu negócio. Ele gerencia todas as etapas dos processos administrativos de Planos de Saúde, contribuindo com sua produtividade e auxiliando na tomada de decisões.

CONHEÇA MAIS SOBRE O NOSSO NEGÓCIO EM:
www.topdown.com.br • www.facebook.com/topdownsistemas • www.twitter.com/topdownsistemas

Colômbia busca aumentar suas relações comerciais com Brasil através do "Descubra Colômbia"

A missão "Discover Colômbia" procura 30 compradores dos setores de vestuário, ingredientes e insumos para cosméticos e materiais de construção. O Acordo de Complementação Econômica nº 59, assinado entre Colômbia e Brasil em 2004, significou uma das maiores oportunidades de cooperação entre os dois países. Mas não é a única oportunidade: A Colômbia tem centenas de vantagens competitivas ao fazer negócios.

As relações comerciais entre Colômbia e Brasil foram reforçadas nos últimos dez anos, graças a parcerias como o Acordo de Complementação Econômica nº 59, assinado pelos dois países em 18 de outubro de 2004 e que entrou em vigência em fevereiro de 2005. O acordo representa para a Colômbia a oportunidade de acessar um potente mercado com cerca de 200 milhões de pessoas e para o Brasil a opção de aproveitar os imensos benefícios que a Colômbia tem para oferecer: a diversidade de sua riqueza natural (10% das áreas protegidas na América do Sul), elevados padrões de qualidade, grandes volumes de produção e vasta experiência no desenvolvimento de marcas próprias, entre outros.

Durante os últimos cinco anos, as exportações - incluindo as mineiras e não mineiras, além do café - da Colômbia ao Brasil tem crescido de maneira constante, ao passar de US$993 milhões em 2009 a US$1.6 bilhões em 2014, um incremento de 38,78%. Isto demonstra um crescimento sustentado com benefícios para ambos os países. Os dez principais setores de exportações ao Brasil em 2014 representam 80% do total das exportações não mineiras, e incluem, entre outros, o plástico, pneus, têxtis, metalúrgica, vidros e artigos para a casa.

"A oferta da Colômbia vai muito além de mercadorias, estabelecendo-se como um fornecedor ideal de produtos com valor agregado. No caso do Brasil, há oportunidades para aumentar o comércio bilateral em setores como cosméticos, materiais de construção e vestuário, com empresários que respondem às necessidades dos consumidores brasileiros com vantagens competitivas como qualidade, inovação e preços competitivos, bem como proximidade e regras claras que permitem negócios de longo prazo", afirmou María Claudia Lacouture, presidente da ProColombia.

Como aliado comercial do gigante sul-americano, a Colômbia possui importantes oportunidades em setores como o de cosméticos e produtos de higiene pessoal, materiais de construção e roupas íntimas, formais e casuais. Para o primeiro, as cifras de 2014 revelam, mundialmente, exportações de perfumes e colônias por US$102,9 milhões; produtos de beleza, maquiagem, protetores solares e bronzeadores por US$90,6 milhões e sabonetes por US$67,8 milhões.

Para o setor de materiais de construção, por sua vez, mostra-se exportações em portas, janelas e quadros de alumínio no valor de US$78,9 milhões, revestimentos e placas de cerâmica para pavimentação ou revestimento por US$51,1 milhões. Para finalizar, no setor de roupas íntimas, formal e casual, os três principais produtos exportados (sutiãs, calcinhas artificiais e calcinha de fibra de algodão) representam 97% do total das exportações de roupa íntima em 2014, com um valor de US$75 milhões.

As vantagens dos produtos colombianos são, entre outros, a inovação constante e a capacidade de compreender as tendências de consumo em todo o mundo por parte dos exportadores nacionais, que adaptaram seus produtos para os padrões exigidos pelos mercados internacionais por meio de várias certificações internacionais; a alta capacidade de produção e posição geográfica que representam vantagens competitivas importantes da Colômbia, e a grande variedade e alta qualidade de seus produtos.

Por essas razões, em maio, três grupos de empresários brasileiros viajaram ao país com o propósito de conhecer de perto as empresas colombianas e melhorar as exportações de Colômbia no mercado brasileiro na missão "Discover Colômbia". De 4 a 8 de maio, 20 empresas brasileiras de confecções visitarão Bogotá e Medelín, cidades com forte produção de roupa casual, formal, íntima, jeanswear e insumos para cosméticos. De 19 a 21 de maio, 10 compradores de manufaturas participarão da Feria Expoconstrução y Expodisenho.

SGP Solar capta € 100 milhões para financiar projetos de energia solar no Brasil

"O risco é nosso e do investidor. O cliente só começa a pagar quando o projeto gerar energia, e somente pelo que for gerado de fato."

A empresa brasileira SGP Solar fechou duas importantes parcerias com grupos internacionais para investir em novos projetos de energia solar no Brasil. Com um modelo de negócios inovador, baseado em experiências de sucesso no mercado europeu, a empresa captou cerca de €100 milhões com um fundo francês e um fundo italiano, que já estão sendo aplicados em novas plantas pelo país.

O objetivo das parcerias é ampliar a capacidade de financiamento dos projetos desenvolvidos pela SGP Solar no Brasil, voltados a plantas geradoras com capacidade mínima de 1 MW, sem limite máximo de potência. Os principais focos da companhia são unidades industriais e comerciais, como shoppings, aeroportos, hospitais, estádios e supermercados, entre outros.

O modelo de contratos apresentado pela empresa é o chamado PPA – *Power Purchase Agreement* -, em que o cliente não precisa arcar com os custos de desenvolvimento do projeto e de instalação dos painéis solares. Ele apenas cede o espaço para que a planta seja implementada e se compromete a comprar a energia que for gerada no local, por um prazo de 15 a 20 anos, a depender do contrato.

Os diretores da SGP Solar, Bernardo Scudiere e Werner Batista, ressaltam que, além de tornarem o consumo energético mais sustentável, as empresas que contratarem o projeto terão uma redução significativa no custo, já que a energia gerada pelos painéis solares é vendida por menos do que o valor cobrado pelas distribuidoras.

"O risco é nosso e do investidor. O cliente só começa a pagar quando o projeto gerar energia, e somente pelo que for gerado de fato", destaca Scudiere.

A empresa já desenvolveu uma série de projetos de geração solar na Região Sudeste, com destaque para uma planta instalada no Hospital Pró Cardíaco e outra em fase de licenciamento no Shopping Leblon, no Rio de Janeiro. Além disso, vem iniciando a implementação de outros projetos em unidades industriais e comerciais do Estado, assim como em São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina.

Plano anual de fiscalização da RFB para 2015: fique atento a eventuais procedimentos

*Julio Assis, Rodrigo Munhoz e Daniel Guerrissi**

Em março deste ano, foi publicado, no endereço eletrônico da Receita Federal do Brasil – RFB (http://idg.receita.fazenda.gov.br/), documento que contempla os resultados relativos ao ano-calendário de 2014 e o plano de ação de fiscalização para o ano-calendário de 2015. É a primeira vez que a RFB publica informações relativas ao seu plano de ações para fiscalizações futuras e, com isso, é possível vislumbrar uma importante medida de transparência fiscal nesta relação entre o Fisco e os contribuintes.

O documento publicado está dividido em dois tópicos, sendo o primeiro relativo aos resultados do último ano-calendário e, o segundo, sobre os planos de ação para o ano em curso. Em relação ao segundo tópico, é interessante destacar que a RFB já definiu quem serão os contribuintes sujeitos a procedimentos de fiscalização. Tal definição teve como base a identificação de indícios de ilícitos a partir da análise de informações no curso do ano-calendário de 2014. De acordo com a RFB, o número de contribuintes identificados, segundo critérios utilizados pelo órgão, chega a 46 mil que, somados, chegam a R$ 69,5 bilhões de reais de tributos não recolhidos. Se acrescidos valores usuais de multa e juros, o montante ultrapassa R$ 140 bilhões. Nesse contexto, a RFB pontuou que pretende constituir o montante de R$ 157,9 bilhões em créditos tributários até o término do ano-calendário de 2015. Em 2014, a fiscalização da RFB constituiu R$ 150,5 bilhões. Esse valor é o segundo maior obtido pelo Fisco e é superado apenas pelo verificado em 2013, quando foram constituídos R$ 190,1 bilhões.

Esses contribuintes que - ainda no ano-calendário de 2015, muito provavelmente serão fiscalizados pela RFB -, foram classificados como "pessoas jurídicas de grande porte" e "pessoas físicas detentoras de elevado patrimônio ou renda". Outro aspecto interessante desse documento publicado pela RFB foi o destaque aos principais assuntos que serão objeto dos procedimentos de fiscalização no ano-calendário de 2015. Entre eles, podemos citar: amortização de ágio; ajuste de RTT; movimentação financeira inconsistente; omissão de receitas; investimento no exterior; variação patrimonial inconsistente; dividendos recebidos; transferência internacional de jogadores de futebol; e operações extraordinárias (ex.: "Operação Lava Jato").

Além disso, a RFB continuará monitorando com atenção o grupo denominado de "grandes contribuintes" que, neste ano-calendário de 2015, é composto por 9.478 pessoas jurídicas e 5.073 pessoas físicas. Considerando essas informações, é necessário que os contribuintes se atentem para os eventuais procedimentos de fiscalização. Este momento de contato com a Administração Pública Tributária é muito importante e, se conduzido da melhor maneira, pode evitar a injusta constituição de crédito tributário.

** Os sócios Julio Assis e Rodrigo Munhoz e o gerente Daniel Guerrissi são da área de Tax Controversy – Litigation & Policy da EY.*

APOIADOR OFICIAL
TM Rio 2016
Procuram-se: pessoas para construir um mundo de negócios melhor.
Todos podem se comprometer com um propósito. O da EY é deixar um mundo de negócios melhor para as próximas gerações. Qual será o seu legado?
ey.com.br
Trabalhe conosco: ey.com.br/carreiras
© 2015 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.
Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta. Melhor o mundo de negócios.
EY
Building a better working world

A atual conjuntura: a economia segundo Stanislaw Ponte Preta

*Claudio Contador**

"No Brasil as coisas acontecem, mas depois, com um simples desmentido, deixaram de acontecer" - "Ou restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos!"

Stanislaw Ponte Preta

A história da crítica política inteligente e inesquecível no Brasil do século XX tem o seu apogeu nos anos 60, com o jornalista Sergio Porto – ou como ele se nomeava Stanislaw Ponte Preta - durante o regime militar, intitulado por ele como "a revolução redentora de 1964". Infelizmente, Stanislaw Ponte Preta faleceu em 1968, com apenas 45 anos. Deixou uma abundante literatura, crônicas satíricas e inteligentes, e piadas corrosivas, muitas reproduzidas nos livros da série "O FEBEAPÁ que assola este país" (FEBEAPÁ significa festival de besteiras que assola este país). Se não tivesse morrido tão jovem, a sua herança ferina teria sido avassaladora, fermentadapelos acontecimentos dos anos seguintes e no período pós-democratização. Mais ainda, a sua crítica política - se pudéssemos contar hoje com o Ponte Preta - cresceria e teria seu apogeu nos anos recentes, e em especial no momento atual.

Em 1968, Ponte Preta compôs uma paródia intitulada "O samba do crioulo doido", que atrevidamente imputou ser o General Mourão Filho o autor da letra. É mais ou menos isto que teríamos se ele compusesse a paródia "O samba da economista doida". Com as devidas adaptações, o samba-enredo retrataria a situação econômica do segundo mandato da Presidente Dilma. Este texto é uma homenagem ao jornalista Ponte Preta, e por tudo que ele está deixando de nos brindar nestes dias marcados pelo absurdo.

2 - A conjuntura.

Como muitos sinais já demonstravam desde o fim do primeiro semestre,[1] o balanço macroeconômico de 2014 fechou com maus resultados, o que não impediu a reeleição da Presidente Dilma. A campanha eleitoral para o cargo executivo-mor foi agressiva, com uma oposição apática, sem percepção da real magnitude dos problemas econômicos, incapaz de fornecer propostas coerentes e envergonhada na cobrança dos resultados. Os resultados macroeconômicos de 2014 não surpreenderam os analistas, mas o ritmo da deterioração assustou os mais pessimistas e contaminou o ambiente deste ano.

Após apenas dois meses da posse no segundo mandato, os problemas afloraram com violência, num ambiente político alimentado por pressões políticas decorrentes das denúncias e evidências de corrupção e má gestão na Petrobras, nas prestadoras de serviços e empreiteiras - com possível inclusão da Eletrobrás e de outras empresas controladas pelo governo no rol das investigações. A queda de renda real e de emprego e as incertezas sobre o futuro ajudam a potencializar a insatisfação da população, inclusive - e por isto mesmo - nos segmentos antes beneficiados pelos programas sociais de inclusão, agora ameaçados de retroceder socialmente. A queda da popularidade da presidente Dilma é um mero reflexo da sua incapacidade de cercar-se de bons quadros e reagir com eficiência aos problemas.[2]

No pacote de problemas, quase todos são recorrentes, gerados pelo próprio governo e ignorados por questões políticas ou falta de apetite para solução. Os problemas sobrepostos acuaram o governo, dando espaço para rebeldia do Congresso e o ressurgimento dos movimentos e manifestações populares, que tendem a se intensificar à medida que os efeitos desagradáveis dos ajustes se fazem sentir no curto prazo. Infelizmente para o governo federal, a justificativa da herança maldita já não cola, e nem mesmo apontar bodes expiatórios.[3] Bem que a Presidente tentou culpar uma crise internacional inexistente, mas parece que já desistiu.

Salvo novas surpresas de problemas encobertos – inclusive no ambiente econômico externo que parece tranquilo e deve melhorar ao longo do ano - e desfechos políticos adversos, o diagnóstico é conhecido. A crise internacional vendida como o grande vilão dos nossos problemas foi desmascarado e perdeu força perante a realidade causada pelos erros sucessivos da equipe econômica e pela gestão política. Uma análise isenta diria mesmo que o exterior até que tem sido benevolente com o Brasil. Do déficit em conta corrente de US$ 90 bilhões, dois terços em 2014 foram cobertos com investimentos estrangeiros diretos, sendo o restante por capitais de curto prazo, que pode ficar retraído se não houver uma sinalização correta e persistência da política econômica.

Este texto procura evitar o excesso de números e gráficos e tenta ser didático. Para tal recorremos a um enredo baseado em quadros explicativos.

2.1 Mitos e maldições: as medidas equivocadas

Para justificar a insistência numa política econômica errada e adiar medidas corretivas, o governo abusou basicamente de três mitos:

- o colchão de reservas internacionais de US$ 350 bilhões para evitar qualquer crise cambial. Porém, o Brasil tem passivos cambiais não incluídos neste argumento: os investimentos estrangeiros em renda fixa (US$ 290 bilhões) e em ações (US$ 260 bilhões) são exigíveis de curto prazo, sacáveis a vista. Somando a estes US$ 550 bilhões os empréstimos inter-companhias (que dependem das decisões da matriz no exterior) de US$ 200 bilhões, as exigências imediatas em moeda estrangeira têm um risco potencial de US$ 750 bilhões. Menos as reservas internacionais de US$ 350 bilhões, resta um risco cambial potencial liquido entorno de US$ 400 bilhões, que depende do diferencial de juros e do desempenho da bolsa de valores. O Ministro Levy atuou como fiador para evitar a perda de grau de investimento da Brasil, mas o perigo ainda não está afastado e a ameaça pode voltar se os ajustes não ocorrerem. Enquanto isto, as taxas reais de juros terão necessariamente de ser elevadas.
- controle de preços e da taxa de câmbio. Apesar da longa história defracassos de medidas heterodoxas – que pareciam enterradas – o governo ignorou a lição e ressuscitou esta maldição para manter a inflação sob controle. Desde 2013, as tarifas públicas, energia e combustíveis passaram a ser administradas, o que gerou distorções na estrutura de preços relativos da economia. Preços relativos errados provocam estímulos igualmente errados na alocação de fatores e no consumo. Por ser uma situação insustentável, acaba causando mais adiante a inflação corretiva, já iniciada. No caso dos combustíveis, o efeito adicional foi a quebra da caixa da Petrobras. A taxa de câmbio foi administrada de forma mais sutil, com operações de *swaps* e de operações a futuro. Além do impacto nos preços relativos, as exportações foram desestimuladas e as importações estimuladas. O saldo comercial saiu de um superávit de US$ 30 bilhões em 2011 para o déficit de US$ US$ 4 bilhões em 2014. A fase de desvalorização do real iniciado em 2015 enxerta pressões na inflação, mas faz parte do ajuste corretivo. Como efeito colateral perverso, a desvalorização do real infla a dívida da Petrobras em moeda estrangeira, o que complica ainda mais a situação da empresa.
- o populismo nos gastos em programas sociais para legitimizar o governo. Este credo populista pode funcionar e até conceder poder temporário e ilusório ao governante generoso, mas a história mostra que quando os recursos mínguam, os outrora beneficiados mudam rapidamente de lado e engrossam a oposição.Os primeiros efeitos já são vistos com o corte de recursos para o programa "Minha casa, minha vida", os benefícios do seguro-desemprego, educação e saúde.

Quando os problemas afloraram no final de 2014, certamente houve um susto por parte do Executivo, pois "... nunca antes neste país" houve uma equipe tão qualificada. A partir daí, os eventos são conhecidos.[4]

2.2 Crime e castigo: as consequências

As consequências inevitáveis dos três mitos são as causas primárias dos problemas mais visíveis do segundo mandato: déficit fiscal; déficit externo e inflação latente.

2.2.1 As contas públicas

No topo da lista de desafios para o novo mandato está o desarranjo das contas públicas. Após o déficit

primário de 0,6 % do PIB (cerca de R$ 32 bilhões) em 2014, a meta para 2015 foi estabelecida num superávit de 1,2 % do PIB - algo como R$ 66,3 bilhões - num total de R$ 100 bilhões de ajuste fiscal. É uma meta difícil de ser alcançada num ambiente num cenário de retração econômica e de Congresso rebelde. A solução será um ajuste fiscal de baixa qualidade fundamentado no aumento de impostos e de corte de investimentos no curto prazo, mostrando uma melhoria fiscal e evitando maiores danos na atividade econômica, para ganhar tempo e apoio para ajustes mais intensos no médio e longo prazo. Pelo lado puro dos cortes de despesas, a conta dos gastos públicos em áreas sociais é praticamente imexível, e soma algo acima de 75 % das despesas públicas totais. Dentre as medidas que terão que ser aprovadas pelo Congresso está a redução dos benefícios das pensões por morte, do abono salarial, do seguro desemprego, e ressuscitar impostos como o CIDE e IOF sobre operações financeiras, alem dos cortes de gastos em outras contas. Mesmo em épocas pacíficas na relação Congresso e Executivo, este coquetel de maldades não encontra boa vontade, mas sem o apoio do Congresso a meta de superávit primário é inviável.

E mesmo se alcançada em 2015 ou 2016, a meta de superávit primário é ainda insuficiente para estabilizar a relação divida/PIB no médio e longo prazo. Portanto é necessário perseguir metas mais ousadas de medidas que terão que ser aprovadas pelo Congresso para atingir o superávit primário, deterão que ser aprovadas pelo Congresso para atingir o superávit primário, de 2-2,5 % do PIB que estabiliza a relação divida/PIB. Estes níveis fogem do controle do Executivo (principal responsável pelo ajuste em 2015) e passa a exigir a boa vontade de estados e outras esferas do governo. Como convencer os estados a cortarem despesas e investimentos, considerando o calendário eleitoral? É uma questão que extravasa os conflitos ideológicos entre governo e oposição e envolve toda a confusa rede de alianças partidárias. Frágil ou incompleto, o ajuste fiscal assume o papel de âncora da política econômica.

2.2.2 As contas externas

O segundo desafio – por enquanto dormente e não atacado, mas cuja solução passa necessariamente pelo ajuste fiscal – é o desequilíbrio das contas externas. É impossível manter no longo prazo déficits em conta corrente na faixa de US$ 80-90 bilhões, uma poupança externa de 4 % do PIB, que se soma à poupança interna de 14 %. Enquanto houver confiança no Brasil e nas suas instituições como porto seguro, haverá ingresso de investimentos diretos. Três questões: (1) o Brasil compete com outros países por estes recursos, e a nossa infraestrutura, carga tributária, produtividade, qualidade da mão de obra, burocracia, custos de energia, comunicações etc. estão em clara desvantagem em comparação com os demais emergentes; (2) a eventual perda de grau de investimento do Brasil - temporariamente afastada - causa um desastre no financiamento do déficit externo. A consequência seria uma crise cambial dantesca com forte desvalorização do real, novos e violentos reajustes em preços etc. Ganhamos tempo e boa vontade com a manutenção do grau de investimento na avaliação da Standard & Poor em março.

As análises de bancos internacionais, como Morgan Stanley, UBS e SEB, têm emitido sucessivos alertas sobre a fragilidade do Brasil, em O segundo desafio – por enquanto dormente e não atacado, mas cuja solução passa necessariamente pelo ajuste fiscal – é o desequilíbrio das contas externas. É impossível manter no longo prazo déficits em conta corrente na faixa de US$ 80-90 bilhões, uma poupança externa de 4 % do PIB, que se soma à poupança interna de 14 %. Enquanto houver confiança no Brasil e nas suas instituições como porto seguro, haverá ingresso de investimentos diretos. Três questões: (1) o Brasil compete com outros países por estes recursos, e a nossa infraestrutura, carga tributária, produtividade, qualidade da mão de obra, burocracia, custos de energia, comunicações etc. estão em clara desvantagem em comparação com os demais emergentes; (2) a eventual perda de grau de investimento do Brasil - temporariamente afastada - causa um desastre no financiamento do déficit externo. A consequência seria uma crise cambial dantesca com forte desvalorização do real, novos e violentos reajustes em preços etc. Ganhamos tempo e boa vontade com a manutenção do grau de investimento na avaliação da Standard & Poor em março.

As análises de bancos internacionais, como Morgan Stanley, UBS e SEB, têm emitido sucessivos alertas sobre a fragilidade do Brasil, em companhia da

África do Sul, Indonésia, Turquia e México. O mito das reservas internacionais como um colchão seguro contra uma eventual crise cambial some com a análise mais simples das contas do balanço de capitais, como já discutido acima.

2.2.3 A inflação

A batalha da inflação está perdida neste primeiro semestre de 2015 devido ao impacto do realinhamento dos preços de tarifas, as Bandeiras Tarifárias - inclusive na cadeia dos preços relativos -, da desvalorização do real e do eventual repasse de aumento de impostos ou corte de benefícios fiscais para os preços finais. Se a equipe econômica for eficiente e rápida na implantação das medidas, contar com a boa vontade do Congresso, e afetar favoravelmente as expectativas inflacionárias, os efeitos da inflação corretiva ficam concentrados no primeiro semestre de 2015 e os efeitos positivos devem surgir – e assim mesmo de forma tímida – no segundo semestre de 2015, e manter tendência decrescente nos anos seguintes. No médio prazo, digamos 2016 e 2017, o desemprego em expansão e a ociosidade elevada ajudam a reduzir a inflação, a medida que os preços relativos convergirem para os níveis de equilíbrio e a restrição de energia elétrica for resolvida, com a ajuda de chuvas. Portanto, levar a inflação para dentro da meta de 4,5 % em 2015 é inviável, e mesmo para 2016 como deseja o Banco Central. A melhor aposta é uma inflação dezembro/dezembro pelo IPCA de 7,5 % em 2015 – após a taxa de 6,4 % em 2014 - convergindo, se o dever de casa for bem feito, para 5-5,5 % em 2016, e com sorte para os 4,5 % em 2017. Porem, mais do que números, o mercado – inclusive os investidores internacionais - aguarda a sinalização correta de uma política econômica comprometida com os ajustes necessários.

2.3 Desgraça pouca é bobagem: mais problemas

As notícias desagradáveis não terminam aí. No *front* externo, apesar dos principais países estarem desfrutando de condições econômicas tranquilas, os preços das *commodities* exportadas pelo Brasil estão em queda, e o fluxo de capitais internacionais está tornando mais restritivo. São problemas fora do controle do Brasil e do governo. E no *front* político-institucional doméstico, os problemas são ainda mais críticos, onde o caso Petrobras merece um capitulo a parte. Simultâneo - e independente - aos problemas econômicos causados pelos déficits, os escândalos de corrupção e de uso político da Petrobras, envolvendo empreiteiras, políticos e grandes executivos gerou incerteza sobre a lisura de contratos, trancou investimentos e projetos – com efeitos em cadeia em diversos setores de atividade -, e desarticulou o mercado de óleo e gás. Os problemas da Petrobras são ainda acrescidos por três outros aspectos: (1) a queda no preço internacional dos US$ 115 em julho de 2014 para US$ 50 por barril que inviabiliza no curto prazo os grandes projetos do Pré-Sal e de fontes alternativas; (2) mais de 70 % da sua dívida é em moeda estrangeira, e a desvalorização do real causa sérios, e (3) as dívidas da Petrobras têm clausulas de aceleração, o que significa que se a empresa não apresentar o balanço auditado, a dívida vence imediatamente.

A erupção dos problemas pós-eleição – condições econômico-sociais deterioradas, provas do aparato de corrupção instalado no Executivo, no Congresso e nas empresas prestadoras de serviços – revelou um Poder Executivo desconectado com a realidade e com ações desconexas, inclusive dentro da base partidária aliada. O Congresso ocupa o vácuo político e assume papel mais crítico e menos obediente, o que vai exigir doses extras de atitude e de bons exemplos por parte do Executivo para resgatar o ativismo. A ascensão do poder do Congresso *vis-a-vis* o Executivo é uma situação anormal no Brasil e observado em períodos pré-ruptura institucional.

Juntando os problemas econômicos centrais (déficits público e externo, e inflação), o ambiente internacional menos generoso para o Brasil (preços das *commodities* e capitais mais seletivos) e a fragilidade do Executivo, temos uma superposição de conflitos.

[1]. Desde o segundo trimestre de 2014, os sinais eram claros de que a economia estava caminhando para sérios problemas, agravados mais tarde pelo imobilismo causado pelas denuncias de corrupção na Petrobras. Para uma análise critica e prospectiva sobre a conjuntura e o desfecho atual, ver os relatórios trimestrais O que dizem os indicadores antecedentes da SILCON, disponível em www.silcon.ecn.br.

[2]. Ao contrário do Presidente Lula que soube escolher os ministros de áreas importantes para a economia, a monotonia de escolhas erradas marcou a sua sucessora. Ou como acrescentaria Sergio Porto, "...mais monótono do que itinerário de elevador."

[3]. Sergio Porto dá uma boa definição para um bode expiatório: o cruzamento de uma cabra com um submarino.

[4]. Ou parodiando Sergio Porto, "...com menino mijado, bode embarcado e chefe de Estado nunca podemos ficar despreocupados".

**** Economista.***

Valor Intangível: uma estrela em ascensão

Quando dizemos que um produto não é nenhuma Brastemp estamos usando mais do que uma figura de linguagem: estamos sinalizando para o mercado que a marca se tornou referência para a população. E tornar-se uma marca de referência aumenta exponencialmente o valor dos Ativos Intangíveis de uma empresa.

Na 9ª edição do rankingBrandZ™ das 50 marcas mais valiosas do Brasil em 2015 a Skol aparece no topo da lista, seguida pelo Bradesco e Itaú. Em nível mundial as empresas que lideram são as digitais, com o Facebook em primeiro lugar e o Google em segundo. Mas...o que faz essas empresas atingirem essas posições no ranking? Qual o segredo?

Vejamos o caso dos bancos. Em geral, eles têm dificuldade de criar uma imagem positiva junto ao público, então como mudar essa imagem? A resposta é associar suas marcas a atividades relacionadas ao lazer e entretenimento: colocando seus nomes em cinemas e teatros ou patrocinando sistemas de compartilhamento de bicicletas. Já empresas de bebida costumam optar por patrocínios de festas, festivais de música e até aventuras, como a Red Bull, por exemplo, que custeou toda a preparação do atleta que realizou um salto de paraquedas do espaço.

Em resumo: as marcas se tornam mais fortes ao oferecer experiência para os consumidores. Empresas que atendem a essas necessidades mais elevadas da Pirâmide de Marlow* – tais como realização, pertencimento a um grupo e reconhecimento - estão recebendo investimentos maiores do que aquelas que se preocupam apenas com seus Ativos Tangíveis.

Hoje os Ativos Intangíveis são responsáveis por cerca de 70% do valor de uma companhia. Esses ativos podem incluir: marcas, reputação perante o mercado, programas de relacionamento com clientes, patentes, programas de computador, listas de clientes e de mala direta, direitos autorais, etc. Mesmo assim, ainda são poucas as ferramentas que analisam as possibilidades de capitalização dos dados de uma empresa. Uma delas é o Infonomics**, do Gartner Group, que avalia a importância econômica dos dados e informações da empresa, atribuindo-lhes um valor monetário e contábil.

As patentes estão entre os Ativos Intangíveis mais cobiçados entre as empresas, mas o desconhecimento em relação ao tema - como a questão da territorialidade dos bens de propriedade intelectual, restrita a determinado país ou região - pode transformar em pesadelo o processo de fusão e/ou aquisição de empresas. Nos EUA, por exemplo, é comum haver litígios envolvendo patentes. Daí a recomendação para que as companhias invistam em mercados internacionais que ofereçam menor risco nesta área.

O cenário todo ainda é confuso e por isso os headhunters estão, já há algum tempo, de olho nos especialistas dessa área, uma vez que em tempos de grandes fusões e aquisições eles se tornam imprescindíveis.

Multifísica na simulação é a bola da vez

*Mário Massagardi**

A importância da simulação virtual é indiscutível na indústria. Já não é possível fabricar um carro sem os detalhados estudos que são feitos antes por meio dessa sofisticada ferramenta, capaz de mostrar com precisão na tela do computador o comportamento do veículo em diversas situações, seja muito antes dele nascer, seja na vida real ou quando já foi muito usado e está prestes a ser substituído.

Acima de tudo, a simulação é usada para dar agilidade ao processo de desenvolvimento, uma vez que fornece soluções de alta complexidade antes mesmo da construção de um protótipo, o que reduz tempo e custo de produção. Com o apoio do computador, os projetistas podem, assim, escapar de problemas e imprevistos no desenvolvimento.

Certamente, a simulação chegou para ficar. Já adotada por muitas empresas, as novas ferramentas serão usadas cada vez mais, o que deve gerar um ciclo de crescimento contínuo. Mesmo para as pequenas empresas, onde os custos dessa tecnologia ainda são um pouco altos, o retorno sobre o investimento é relativamente rápido.

O uso da simulação virtual está ligado à engenharia. Quanto mais básica for a engenharia, mais necessário será o uso da simulação. O Brasil tem um importante parque de empresas que desenvolve produtos a partir tão somente de ideias e, por esse motivo, detém ferramentas de simulação em nível mundial.

As novas tecnologias em simulações numéricas são desenvolvidas principalmente por duas fontes: as empresas desenvolvedoras de software, que buscam o aperfeiçoamento e a melhoria de seus produtos, e as grandes empresas, que utilizam as ferramentas para obter melhorias específicas para as suas aplicações. No Brasil, ambas as fontes desenvolvem novas tecnologias em simulações, embora esse tipo de desenvolvimento ainda seja muito mais forte no Exterior.

Sempre surgem muitas novidades na área. Uma tendência em destaque são as ferramentas multifísicas, que integram várias áreas de conhecimento. Elas possibilitam avaliar a interação entre as diversas físicas que atuam em um sistema para obter resultados mais precisos e otimizações mais específicas. É possível avaliar, por exemplo, os impactos das alterações estruturais na dirigibilidade ou, então, na emissão de ruído dentro da cabine.

Tanto no Brasil quanto no Exterior, essas ferramentas estão cada vez mais populares. No setor automotivo, as montadoras tendem a ser os principais usuários dos acoplamentos multifísicos dos softwares, porque lidam com sistemas complexos, interagindo por diversos fenômenos da física, passando por escoamentos, combustão, ruído, resistência estrutural e até eletrônica.

Devido ao grande número de ferramentas disponíveis e físicas que essas tecnologias abordam, uma das principais dificuldades do mercado é encontrar profissionais especializados. Como qualquer ciência avançada, a área de simulações é extremamente dependente de conhecimento e habilidades técnicas profundas. Matemática, física, computação e engenharia básica são fundamentais ao profissional.

Assim, não adianta ter um helicóptero se não souber pilotar. Não basta ter programas de simulação, é preciso encontrar profissionais habilitados para entender e melhorar as repostas obtidas. Esse é o nosso grande desafio: ajudar a formar profissionais cada vez mais capacitados em nosso país, que infelizmente insiste em economizar com educação, o que torna os bons profissionais raros, caros e disputados.

** Engenheiro e chairperson do 5º Simpósio SAE BRASIL de Simulações Numéricas.*

Lei do Bem: você sabe o que é?

O que fazer quando o mercado continua estagnado e sem perspectiva de crescimento a curto ou a médio prazo? A resposta, dizem os especialistas, é inovar.

No Índice Global de Inovação 2014, liderado por países como Suíça, Suécia, Reino Unido, Holanda e Estados Unidos, o Brasil aparece em 61º lugar. O Índice, que utiliza para sua formulação mais de 100 critérios - como ambiente de negócios, educação e infraestrutura – aponta a qualidade das principais universidades brasileiras (USP, Unicamp, UFRJ) como um dos nossos pontos positivos, enquanto a fraca produtividade aparece como um dos pontos negativos. No entanto, o tópico que talvez mereça mais atenção seja a avaliação de que o capital humano e as pesquisas no Brasil têm apresentado pouca capacidade de se transformar em conhecimento e tecnologia.

A Lei do Bem (Lei 11.196/05), quando foi criada em 2005, tinha exatamente a intenção de reverter esse tipo de cenário. Mas apesar de estar completando 10 anos, ela é utilizada por apenas 3% das empresas e seus benefícios continuam desconhecidos por 47% dos empresários consultados em uma pesquisa da consultoria e auditoria EY (antiga Ernst & Young).

No início deste ano, a presidente Dilma Rousseff prorrogou até 2018 a isenção fiscal da Lei do Bem para micros, tablets e smartphones nacionais, de modo a alavancar o desenvolvimento de mais de 42 mil empresas que atuam na área de softwares sob encomenda. Um dos objetivos da decisão presidencial foi incentivar a produção de aplicativos nacionais. Até agora mais de 300 aplicativos foram aprovados e, obrigatoriamente, devem estar disponíveis (gratuitamente ou não) em todos os smartphones nacionais. O Easy Taxi é um dos mais populares, mas também existem apps criados por órgãos públicos, como a "Calculadora do Cidadão", de autoria do Banco Central, que faz simulação de empréstimos.

Para desfrutar dos benefícios da Lei do Bem, as empresas devem estar no regime tributário de Lucro Real e devem comprovar sua regularidade fiscal. Dentre os vários incentivos da lei, encontram-se a redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na compra de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos utilizados em pesquisas e inovação, e o abatimento de até 60% das despesas operacionais realizadas com P&D do lucro líquido e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, com a consequente redução do Imposto de Renda a pagar.

Ainda que especialistas apontem que para cada real investido em inovação há um retorno financeiro entre R$ 0,20 ou R$ 0,30, o que representa uma economia de 20% a 30% em tributos, alguns empecilhos têm sido apontados para justificar a baixa adesão das empresas à Lei do Bem. A burocracia é um deles. A falta de suporte adequado para esclarecer dúvidas é outro empecilho listado pelos empresários, que reclamam da falta de clareza na aplicação das regras.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Armando Monteiro, reconhece as dificuldades e limitações da lei e já afirmou que é preciso haver uma reformulação, incluindo, por exemplo, as empresas de Lucro Presumido para que a lei tenha um alcance maior. Uma das novidades mais recentes é a criação dos Comitês de Auxílio Técnico (CATs), composto por servidores públicos especialistas em diversas áreas, sediados em universidades ou institutos de pesquisas, que irão auxiliar a equipe do MCTI a embasar melhor seus pareceres técnicos.

Mesmo com alguns entraves, cresce o número de adesões à lei, que já passa de mil empresas. Segundo uma pesquisa realizada pelo Programa de Comércio Exterior Brasileiro (Proceb), da Fundação Instituto de Administração (FIA), com 26 empresas de variados setores da economia, as companhias menores têm buscado utilizar os benefícios desta lei para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, já as maiores investem em equipamento e capacitação de profissionais.

Aos poucos a inovação vai entrando no rol dos investimentos que os empresários brasileiros consideram produtivos. O anuário Inovação Brasil, com previsão de lançamento em junho de 2015, trará o primeiro ranking brasileiro de empresas inovadoras, elaborado pelo jornal Valor Econômico e pela consultoria Strategy& (anterior Booz & Company). A publicação abordará temas como a criação compartilhada, o "*open innovation*", a formação de "*clusters*" e os programas de geração de ideias, além de discorrer sobre os principais desafios enfrentados pelas empresas, como a inserção nas cadeias globais de inovação e a atração de investidores.

Mapeamento inédito mostra retrato mais detalhado da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro

Estudo da Fundação SOS Mata Atlântica e do INPE que analisa a vegetação natural a partir de 1 hectare revela que o Estado do Rio tem hoje 30,7% de remanescentes do bioma.

A Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) lançaram dados inéditos sobre a situação da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. A partir de uma nova metodologia, foi reduzida de 3 hectares para 1 hectare (ha) a área mínima identificada nas imagens, o que permitiu um raio-x mais preciso, que inclui fragmentos florestais em estágios iniciais de regeneração (vegetação natural). A análise revela que o estado do Rio tem hoje 30,7% (cerca de 1,3 milhão de hectares) de sua Mata Atlântica original – na capital carioca, este número é de 29,3% (34.803 hectares).

Realizado há mais de 25 anos pela Fundação SOS Mata Atlântica, o monitoramento dos remanescentes florestais (Mata) do bioma incluía apenas áreas mais preservadas, acima de 3hectares, capazes de manter a biodiversidade original. Com a nova metodologia, foi possível incluir áreas com vegetação de porte florestal que tenham sinais de alteração (bosqueamento, clareiras, etc.) ou que ainda estejam em estágios iniciais de regeneração. Isto permite que o mapeamento seja usado para análises de proteção da água e de políticas de criação de corredores e de recuperação da vegetação nativa.

No estado do Rio de Janeiro, esta nova classe de vegetação mapeada representa 435.530 hectares, ou 10% da Mata Atlântica original. Já os remanescentes florestais (Mata) respondem por 18,6% (814.563 ha) – o restante está dividido em mangues (0,3%), restinga (1,2%) e formações naturais não florestais (0,6%). “Em meio à crise da água que atravessamos,qualquer fragmento de floresta que garanta a proteção das nascentes e do fluxo hídrico é muito importante. Com imagens mais precisas, é possível perceber como ainda há áreas de preservação permanente sem proteção”, afirma Márcia Hirota, diretora-executiva da Fundação SOS Mata Atlântica e coordenadora do Atlas.

Além da cidade do Rio de Janeiro, que possui 10,9% (12.892 ha) de vegetação natural, foram analisadas ainda as cidades de Parati, Silva Jardim e Varre e Sai. Com execução técnica da Arcplan, este estudo conta com o patrocínio do Bradesco Cartões.

Unidades de conservação

Com base em imagens geradas pelo sensor OLI a bordo do satélite Landsat 8, a pesquisa traz ainda uma análise sobre a situação de Unidades de Conservação (UCs) localizadas no Estado do Rio de Janeiro, que cobrem uma área aproximada de 1 milhão de hectares, ou cerca de 40% da superfície total do estado.

No âmbito federal, responsável por metade destas áreas protegidas, o Parque Nacional da Tijuca, que protege área de 3.950 hectares no maciço central da cidade do Rio de Janeiro, tem 17,7% (700 ha) de vegetação natural. Somados à área de Mata (3.133 ha), a UC tem 96,8% de área preservada, ou 3.833 ha.

Na esfera estadual, destacam-se a Área de Proteção Ambiental (APA) da Pedra Branca e o Parque Estadual do Desengano, a APA da Pedra Branca possui 23,4% de vegetação natural (1.260 ha) e 72,9% de Mata (3.928 ha), em uma cobertura vegetal total de 96,3%, ou 5.188 ha. Já o Parque Estadual do Desengano, com 99% de sua área original preservada, possui 3.317 ha de vegetação natural (15,8%), sendo os 83,3% restantes (17.829 ha) cobertos por Mata.

Na esfera municipal, o principal destaque é o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, criado em 2009, que protege uma área de 4.397 ha, o maior da Mata Atlântica. Graças a um programa de apoio às UCs instituído pela Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, com apoio técnico às cidades, o parque mantém 85,2% de Mata, sendo 35,5% (1.563 ha) compostos por vegetação natural.

Um *revival* do consumo

*Carlos Pires**

Em plena era do consumo consciente, não podemos negar que muitos consumidores são apegados às marcas. Quantas vezes ao adquirir um produto pagamos até mais caro pelo item daquele determinado fornecedor com quem já temos algum tipo de "relacionamento"?

Apesar dessa "fidelidade", o consumo é cíclico. Marcas clássicas sucumbem de várias formas e simplesmente são retiradas do mercado. Diversos são os motivos que ocasionam essa situação. Algumas marcas perdem seu brilho quando surgem novos produtos, novos consumidores ou quando competem com tradicionais nomes que geram maiores lucros. Outras, por realinhamento estratégico da empresa ou processos de fusão, podem ficar em segundo plano até terem um alcance menor e tornarem-se menos importantes para a empresa. Independente do caso, o fato é que as marcas correm o risco constante de saírem de circulação e sem aviso prévio.

Mas isso não significa, necessariamente, seu fim. Milhões de dólares em receita são gerados globalmente por "marcas zumbis" – produtos famosos que foram retirados do mercado anos atrás por seus proprietários originais, mas que agora estão dando frutos novamente. Uma marca que tenha perdido sua força no mercado de origem pode ter sucesso em outros lugares do mundo, onde o benefício que ela proporciona aos consumidores ainda é relevante.

Isso sem contar na imagem que o produto ainda mantém com os antigos consumidores. Em 2007, no Reino Unido, a Cadbury, empresa britânica de doces e chocolates fundada em 1824 e baseada em Londres, que distribui a marca Adams no Brasil, atendeu aos pedidos de 14 mil seguidores em 93 grupos do Facebook e resgatou o Wispa, um chocolate que teve sua produção interrompida em 2003, quando as vendas enfraqueceram. Inicialmente, o chocolate foi resgatado para ser vendido somente enquanto os estoques durassem. Passaram-se sete anos e ele ainda está sendo comercializado.

Criar uma marca atrativa é trabalhoso, leva tempo, é arriscado e requer investimentos substanciais. Ou seja, em mercados de consumo onde lançar novos produtos está mais dispendioso do que nunca, um relançamento racional pode fazer sentido. Resgatar uma marca que esteja nas últimas páginas do catálogo de uma empresa pode sair muito mais em conta do que criar uma do zero.

Uma pesquisa feita por Paul M. Connell, da Universidade do Estado de Nova York, confirma essa teoria. O levantamento constatou que as pessoas expostas à determinadas marcas de alimentos antes dos 13 anos desenvolveram um grande afeto por elas, o que poderia durar a vida inteira. Trata-se de um mundo incerto e repleto de mudanças disruptivas em que apelos sentimentalistas para os clientes têm grandes chances de ser um tiro certo.

Apesar disso, para resgatar uma marca é preciso muito mais do que tirar o pó do produto e colocá-lo de volta nas prateleiras. Assim que se decide que um produto ainda é relevante, é preciso identificar o mercado certo: regional, nacional ou internacional. A dificuldade disso, particularmente em mercados internacionais, consiste no fato de não poder pressupor que os consumidores terão as mesmas necessidades e reações que aqueles que foram os alvos. O outro risco é que as marcas que eram ancoradas em um único item - ou que atendiam a uma única necessidade do consumidor - poderão encontrar dificuldades para superar essa associação e permanecer relevante.

O ponto fundamental que as empresas de consumo e varejo devem levar em consideração ao resgatar uma marca é não apressar o julgamento. A tecnologia, o poder cada vez maior dos consumidores em economias emergentes e o declínio geral em relação à lealdade do cliente criaram um mercado mais complexo. À medida que as fabricantes analisam estrategicamente suas carteiras de marcas, elas precisam cuidadosamente considerar o que manter, eliminar ou vender. A maior parte das marcas acaba não sobrevivendo por um motivo significativo, mas a decisão errada pode permitir que os concorrentes invadam seus mercados.

** Sócio da KPMG e líder para setor de mercados de consume.*

O Rio de Janeiro, o Beco das Garrafas e a MPB

*Bernardo Vilhena**

Carol Rosman e eu trabalhamos na curadoria do CopaFest - o festival da música instrumental brasileira, que vem sendo realizado em parceria com o Copacabana Palace desde 2007. Seu recorte é delimitado pelo Beco das Garrafas.

O Beco é um espaço mítico da nossa música. Situado numa travessa sem saída, na quadra da praia da rua Duvivier, na altura do Posto 2, em Copacabana.

Eu defendo a ideia de que a MPB surgiu ali, fruto da mistura de ritmos deste país continente. O Beco era referencia para o jovem músico que chegava no Rio pra fazer carreira. Na bagagem, além do talento natural - que os ingleses chamam com sabedoria de "presente de deus"-, traziam um grande conhecimento do que era tocado nas rádios, sobretudo na Radio Nacional, antena das novidades da capital. E, o mais importante, tinham dentro de si a cultura musical da sua terra. Da mistura dessas culturas surgiu a MPB. Não por acaso, Elis Regina e Wilson Simonal para muitos os maiores cantores do gênero iniciaram suas carreiras no Beco das Garrafas.

As noites de improviso no Beco ganharam fama. As descrições emocionadas de alguns desses músicos no primeiro contato que tiveram com o lugar é de arrepiar. Falam de mudança de visão de música e até de visão de mundo. A grande maioria deles fez carreira brilhante no exterior.

O Beco foi inventado pelos irmãos Campana. Dois italianos da região de Peruggia que vieram fazer o Brasil. Chegaram ao Rio em 1952 e, depois de algumas atividades na área de bar e restaurante, se viram donos de 3 casas - Bacarat, Little Club e Bottle's. Era o Beco das Garrafas. A cena musical surgiu por acaso, graças a implicância de políticos que frequentavam o restaurante Au Bon Gourmet que ficava na Praça do Lido, a poucas quadras dali. Lá se apresentavam jovens de uma geração que fazia um tipo novo de música, a Bossa Nova. Só pra ter uma ideia, foi no Bon Gourmet que Tom Jobim e Vinicius de Moraes (ainda no Itamaraty e se apresentando de paletó e gravata) apresentaram pela primeira vez a Garota de Ipanema. Os distintos senadores não apreciaram esses e outros privilégios e solicitaram o fim daquela barulheira no restaurante.

Essa reação intempestiva foi a fagulha que ativou a ideia em Alberico Campana de transformar o Beco em casas de shows. Afinal, os músicos só queriam um lugar pra tocar com liberdade. E assim teve início a lenda.

Em shows geralmente dirigidos por Ronaldo Bôscoli e Miéle, pelo Beco das Garrafas passaram Sergio Mendes, Baden Powell, Eumir Deodato, Jorge Ben, Paulo Moura, Dom Um Romão, Flora Purim, Airto Moreira, João Donato, Oscar Castro Neves, Dori Caymmi, Durval Ferreira, Antônio Adolfo, Raul de Souza, Edson Machado, Leny Andrade, Hermeto Paschoal e mais uma infinidade de músicos que criaram um novo som e levaram a novidade para os Estados Unidos. Chegando lá influenciaram o jazz.

O grande Dizzy Gillespie costumava falar que a mistura entre os ritmos brasileiros, cubanos e americanos produzia a música mais poderosa do mundo.

A invasão da Bossa Nova nos Estados Unidos teve seu auge com a gravação dos 2 álbuns de Frank Sinatra com as canções de Antônio Carlos Jobim, o nosso Tom. Mas a presença da musica brasileira no universo do jazz está presente em novos artistas como Diana Krall, Stacey Kenton, Esperanza Spalding, só pra ficar nas mulheres. E esta lista começou com nada menos do que Ella Fitzgerald, Sarah Vaughan e Diane Shure.

Entre os compositores brasileiros gravados por artistas do jazz no mundo inteiro, além do seminal Tom Jobim, temos Ivan Lins, Milton Nascimento, Toninho Horta, Lo Borges, Marcos Valle, Jorge Benjor, João Bosco, Djavan, Dori Caymmi, Edu Lobo e muitos outros.

O bacana dessa história é que o Beco das Garrafas está vivo, mantendo a tradição de apresentar o que há de mais novo na musica instrumental brasileira.

No documentário que estamos fazendo sobre o Beco - Uma luz no subterrâneo da Bossa Nova - estamos registrando a emoção desses monstros de nossa música quando viveram essa experiência tão rica e inovadora que foi a reinvenção da musica instrumental brasileira.

** Escritor.*

Biblioteca Nacional e Instituto Moreira Salles lançam portal de fotos históricas

Acervo possui raridades, como fotos de D. Thereza Christina Maria tiradas por D. Pedro II

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), órgão vinculado ao MinC, e o Instituto Moreira Salles (IMS) lançam nesta sexta-feira (17/4), às 11h, no auditório da FBN, o Portal Brasiliana Fotográfica. Com o objetivo de contribuir para a preservação do patrimônio fotográfico digital brasileiro, o portal contará com mais de 2 mil fotos históricas do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX.

Segundo o presidente da FBN, Renato Lessa, o portal tem o objetivo de ser um espaço para preservação do acervo, ao mesmo tempo em que pretende fomentar a discussão sobre o uso desse tipo de fonte primária para pesquisa. "A Biblioteca Nacional já possui parte de seu acervo digitalizado, mas com esse projeto pretendemos aumentar o alcance de nossas obras", destaca.

Durante o evento de lançamento, o presidente da FBN e o superintendente executivo do IMS, Flávio Pinheiro, assinarão o Acordo de Cooperação Técnica que dará início ao projeto. A princípio, estarão disponíveis fotos da Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles, mas outras instituições - do Brasil e do exterior, públicas ou privadas - poderão aderir ao portal.

A maior parte das fotos mostra paisagens urbanas e rurais, ruas, praças e edificações em geral, de Norte a Sul do país, mas a sociedade brasileira também marca presença a partir dos retratos de índios, da família imperial e de moradores da cidade e do campo. Os curadores do projeto são Joaquim Marçal, da FBN, e Ângela Bittencourt, do IMS.

ACERVO

As fotos da Coleção D. Thereza Christina Maria, tiradas por D. Pedro II, estão entre os destaques do portal, além de um conjunto de retratos da família imperial, feitos por Joaquim Insley Pacheco. O professor de fotografia da princesa Isabel, Revert Henry Klumb, também está representado com a série completa de estereogramas (fotografia estereoscópica, 3D) com imagens gerais da cidade do Rio de Janeiro e do palácio imperial de Petrópolis.

Segundo o curador da Biblioteca Nacional, a coleção também possui "retratos médicos que parecem ter sido feitos para um ortopedista" e fotos das vítimas da seca do Ceará de 1877-1878 tiradas por José do Patrocínio e usadas em uma reportagem de 1888, no jornal O Besouro. "A partir do portal é possível entrar no túnel do tempo e conhecer um pouco mais a história do Brasil", destaca.

Uma vez cadastrados no portal, os usuários poderão selecionar suas fotos preferidas e compartilhá-las em redes sociais. A cada semana, novas galerias de imagens serão destacadas e os curadores do portal desenvolverão comentários e reflexões sobre as fotografias escolhidas.

As fotos foram digitalizadas em alta resolução e poderão ser vistas com uma ferramenta de zoom. A consulta gratuita estará disponível por tema, período ou autoria e poderá ser feita pelo endereço eletrônico http://brasilianafotografica.bn.br.

NÃO ENFRENTE FILAS

VISITE O CORCOVADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

Garanta seu bilhete com hora marcada!

corcovado.com.br

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

AZ ARMATUREN DO BRASIL

A fabricante de válvulas especiais AZ Armaturen do Brasil anuncia a abertura de uma unidade no Peru, que entrou em operação no início de 2015.

Esta é a primeira unidade fora do país a ser aberta pela empresa que está no Brasil há 20 anos. Responsável pelas operações do grupo de origem alemã em toda a América Latina, a filial brasileira conta com parque fabril em Itatiba (SP), onde produz válvulas especiais para clientes de diversos segmentos, entre eles mineração, siderurgia, química, petroquímica e óleo e gás.

"Com foco em mineração, o Peru é considerado um país com grande potencial de mercado para a companhia, assim como o Chile e a Colômbia", enfatiza Luis Fernando Santos, gerente de Vendas da AZ Armaturen do Brasil.

Além da unidade em solo brasileiro, a multinacional alemã possui parques fabris na China, Singapura e África do Sul, bem como centros de serviços espalhados por toda a Europa.

MERCADO DE BELEZA

Cada vez mais preocupados com a beleza, os brasileiros movimentam por ano R$38,01 bilhões. Um crescimento de 436,3% comparado ao que estes gastavam em 1996: pouco mais de R$4 bilhões.

Estes dados colocam o Brasil em terceiro lugar no ranking dos maiores mercados de produtos de beleza do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec). O aumento médio ao ano no país é de 9,8%.

Acompanhando os altos índices, crescem também o uso de novas tecnologias no desenvolvimento de produtos nacionais a fim de satisfazer um consumidor cada vez mais exigente.

No ano de 2004, o Brasil registrava 1.427 indústrias dos ramos de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, enquanto que em 2014 este número passou para 2.518. A alta foi de 76,5% no período.

PRIVATE EQUITY

A KPMG, em parceria com a ABVCAP - Associação Brasileira de Private Equity & Venture Capital, divulgou estudo que aponta um crescimento de 35,4% em 2014 em relação a 2013 do capital disponível para investimento em economia real no Brasil, chegando a R$ 36,8 bilhões. "Apesar de ser um ano de incerteza, 2014 foi bom para as captações de novos recursos para as indústrias de private equity e venture capital. Os fundos estão preparados para apoiar o crescimento e melhorias operacional das empresas nacionais", afirma Marco André Almeida, sócio da KPMG no Brasil .

"Os investidores estão mais seletivos, mas a indústria de participações está otimista em relação aos investimentos de longo prazo no Brasil devido a crescente ascensão da classe média e ao grande mercado consumidor, alta liquidez e baixas taxas de juros", comenta Fernando Borges, presidente da ABVCAP.

JBS FOODS

A JBS Foods, unidade de negócios da multinacional brasileira JBS, que engloba a marca Seara e as operações de aves da empresa, vai investir 20 milhões de reais na ampliação de seu complexo de processamento de pratos prontos, lasanhas e pizzas, em Lages (SC). O projeto inclui a modernização e a aquisição de uma quarta linha de lasanha, proporcionando um aumento de 82% na capacidade de produção do produto.

A JBS Foods assumiu a unidade de Lages em setembro de 2013 com 475 funcionários e em praticamente um ano de operações acrescentou mais 209 colaboradores à linha de produção, um aumento substancial de 44% de novos empregos. Agora, com a implementação da quarta linha de lasanha, a expectativa é que sejam abertos mais 100 novos postos de trabalho à comunidade local.

O'VINHO

A democratização do vinho de um jeito bem carioca.

A noite carioca foi brindada com uma inovadora forma de beber vinho. O'Vinho é uma adega itinerante, que oferece sabores dessa bebida tradicional de uma forma nada convencional. "Estamos democratizando o meio de apreciar um bom vinho. Tiramos ele dos jantares refinados e trouxemos para o bate-papo informal na esquina", resume o jovem Gustavo Sobral, sócio da O'Vinho.

Com em torno de 12 rótulos a disposição por adega, o cliente encontrará sempre boas opções de vinhos nacionais e importados (inclusive alguns rótulos premiados) servidos em taças. O menu muda conforme as estações do ano. "Em nosso princípio de democratização buscamos sempre oferecer novos sabores e novas experiências. Uma taça de vinho sugere uma boa conversa. O ideal é que o nosso cliente sempre tenha boas histórias para contar a partir do que ele vivenciou no O'Vinho", explica Julio Bisneto, também sócio da O'Vinho.

Além do formato inovador - a adega móvel pode estar em qualquer endereço da cidade, do Brasil ou do mundo – os vinhos são escolhidos com muito critério para entregar sabores a preços convidativos. "Criamos uma política de preços compatível com a informalidade do projeto. Buscamos vinhos bons e não vinhos caros", explica.

Nas noites tropicais de outono e inverno, a sugestão da adega é o rótulo Lídio Carraro Agnus Cabernet Sauvignon 2012, cujo significado é cordeiro, símbolo de pureza, alegria e paixão. Timtin.

O'Vinho está na Rua Voluntários da Pátria, 32 em Botafogo, no Restaurante Mexicano Tacos & Wraps. De quarta a domingo, das 19h às 00h.

IBRAM

O Instituto Brasileiro de Museus e a Prefeitura do Rio, por meio do Comitê Rio450, lançaram, no Museu da República, o Passaporte dos Museus Cariocas, iniciativa em comemoração aos 450 anos da Cidade. Com o passaporte, a população poderá visitar gratuitamente 43 dos mais importantes museus e centro culturais da Cidade em dias específicos.

No formato de um caderno de bolso, os passaportes serão distribuídos em seis pontos: Museu Nacional de Belas Artes, Museu da República, Museu Imperial, Museu de Arte do Rio, Museu Aeroespacial e Centro Cultural Banco do Brasil.

Além de integrar as instituições envolvidas, o Passaporte dos Museus Cariocas cria uma dinâmica lúdica e atraente para estimular a visitação. A exemplo do documento de identificação internacional, o passaporte será carimbado a cada museu ou centro cultural visitado, no espaço reservado à instituição.

No Passaporte dos Museus Cariocas, o público encontra a lista completa das 43 instituições participantes e os dias da semana em que cada uma poderá ser visitada gratuitamente. Válido ao longo do ano do jubileu de 450 anos, o passaporte "expira" no último dia de 2015.

TRIUNFO

A Triunfo Participações e Investimentos S.A., empresa que atua no setor de infraestrutura e está presente nos segmentos de concessões rodoviárias, administração portuária e aeroportuária e energia, lançou um programa de recompra de até 7 milhões de ações ordinárias, em um prazo de 365 dias, com término em 24 de março de 2016. Atualmente a companhia possui 78, 2 milhões de ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da BMF&Bovespa.

Segundo Sandro Lima, Diretor Financeiro e de RI, o programa tem o objetivo de maximizar a geração de valor aos acionistas. "Nossas ações hoje estão sendo negociadas a um valor inferior do que entendemos como justo. Estamos confiantes nas perspectivas operacionais dos nossos negócios, por isso tomamos essa decisão, que foi validada pelo Conselho de Administração", afirma Sandro.

A Triunfo poderá decidir o melhor momento para realizar a aquisição das ações dentro do prazo e das regras do programa. O banco BTG Pactual é a instituição financeira responsável por intermediar o plano.

AEROPORTO SANTOS DUMONT

O aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, entrou de vez na era do consumo consciente de energia. Os usuários terão à disposição um totem para carregador de celulares, tablets e computadores portáteis com abastecimento de um sistema de energia solar. O sistema é composto de painéis solares de filme fino, flexíveis e leves, montados no telhado do aeroporto.

Trata-se do primeiro projeto do gênero no Brasil, fruto da parceria com a brasileira Sunlution, empresa brasileira líder na geração distribuída – solar e hibrida. Anualmente, o Santos Dumont registra um volume médio de 8 milhões de usuários. Muitos utilizam as tradicionais tomadas e carregadores espalhados pelo local para carregar seus dispositivos móveis, aumentando assim o consumo elétrico da administração central do aeroporto.

IBRADEMP

O sócio do Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados na área de Infraestrutura José Virgílio Lopes Enei é o novo presidente do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp). Enei assume a presidência da entidade em um momento relevante para o debate jurídico empresarial, em que afloram inúmeras questões importantes. Entre elas, as suscitadas pela investigação Lava-jato, pela nova onda de processos de recuperação de empresas, pelas recentes políticas de financiamento de projetos, pelo novo Código de Processo Civil, dentre outras. O sócio do Machado Meyer ficará no comando do Ibrademp até 2016.

Além dele, a nova diretoria do instituto é composta por Daniel Kalansky, Rafael Biondi Sanchez, Henrique Cunha Barbosa, Pablo Sorj e João Pedro Barroso do Nascimento.

JAGUAR LAND ROVER

Os Serviços Financeiros Jaguar Land Rover, divisão de financiamento das duas marcas britânicas de luxo, anunciou condições inéditas para a compra de um veículo da linha Range Rover Evoque, o mais vendido da Land Rover no país.

O plano de financiamento Access oferece aos clientes interessados na compra de um Evoque a possibilidade de uma entrada com valor a partir de 20% do preço total do veículo. Os 30% do saldo restante será dividido em 24 prestações fixas, o que as torna bastante acessíveis aos clientes.

A grande vantagem do programa Access é a possibilidade de, após esses dois anos, o proprietário poder usar o saldo já pago como entrada para a compra de um veículo zero quilômetro ou pagar os 50% restante. Neste caso, a Jaguar Land Rover garante a recompra do veículo usado por, no mínimo, 50% do valor total do modelo.

"A grande vantagem do plano de financiamento Access é o cliente poder sempre ter um carro novo a cada dois anos, pagando prestações fixas muito acessíveis. Ele pode, por exemplo, ter um Range Rover Evoque novo pagando prestações mensais a partir de R$ 2.863, o que é um valor bastante acessível quando se trata de um veículo de luxo e um verdadeiro sonho de consumo", ressalta Frederico Fuchs, responsável pelo departamento de Serviços Financeiros da Jaguar Land Rover.

ESTRATÉGIA ADEQUADA, RESULTADO GARANTIDO

- CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA
- PERÍCIAS CONTÁBEIS

BRANCO

www.brancoconsultores.com

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20.011-001
Tel.: 21 3231 5900
Fax: 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087 8910
Fax: 11 5087 8810

NASA contrata capacidade do satélite SES-14

Novo satélite da SES vai auxiliar na missão GOLD da NASA a partir da posição orbital brasileira adquirida no leilão Anatel em 2014

A provedora global de soluções via satélite SES Government Solutions (SES GS) anuncia a assinatura de um contrato de cinco anos com a Universidade de Colorado (USA) para hospedar um *payload* da NASA a bordo do SES-14. O satélite, que será lançado em 2017, ficará localizado na posição orbital brasileira 48 graus Oeste.

"Estamos orgulhosos de hospedar o *payload* da NASA em nosso satélite e esperamos permitir a transmissão de dados inovadores para a equipe de cientistas da Universidade da Flórida Central, da Universidade do Colorado e da NASA", ressalta Pete Hoene, presidente e CEO da SES GS

A carga vai auxiliar na missão Global-Scale Observations of the Limb and Disk (GOLD), que tem como objetivo revolucionar a compreensão do ambiente espacial ao preencher a lacuna crítica no conhecimento de conexões Sol-Terra. O *payload* vai transmitir dados de impacto do Sol na termosfera e ionosfera do planeta a partir da órbita geoestacionária (GEO), já que ambas as camadas são muito sensíveis a eventos climáticos espaciais, com potencial impacto na sociedade. Atualmente, incertezas na termosfera são a principal fonte de dúvidas para a exploração de satélites em órbita baixa da Terra. E as flutuações na ionosfera interferem com os sinais de comunicação e satélites de posicionamento global.

Richard Eastes, o principal pesquisador na Universidade da Flórida Central para a missão, diz que "As imagens que a missão vai registrar não possuem precedentes. A GOLD vai ser a primeira registrar fotos das mudanças de temperatura e composição em um hemisfério. E isso é algo que os cientistas queriam desde o início da exploração do espaço".

O contrato inclui a construção de satélite, lançamento e dois anos de operações em órbita, com opções de extensão em base anual. O satélite SES-14 tem expectativa de vida de quinze anos e vai substituir o atual satélite da companhia NSS-806.

Sobre SES Government Solutions

A SES Government Solutions, uma subsidiária da operadora global de satélite SES, é voltada exclusivamente para atender às necessidades de comunicação via satélite do governo dos EUA. Utilizando mais de quatro décadas de experiência no mercado no mercado de SATCOM governamental, a SES Government Solutions oferece soluções robustas e seguras de comunicações por satélite. Apoiado pela frota de mais de 50 satélites da SES, que oferece cobertura global abrangente, a SES Government Solutions oferece capacidade altamente confiável móveis e fixas.

Sobre a SES

SES é a operadora de satélites líder no mundo que possui uma frota de mais de 50 satélites geoestacionários. A empresa fornece serviços de comunicação via satélite para emissoras e provedoras de serviços de conteúdo e Internet, redes de operadoras de telefonia fixa e móvel, assim como para empresas e organizações governamentais no mundo todo.

A SES representa relacionamentos comerciais duradouros, serviço de alta qualidade e excelência no setor de transmissão e difusão. As equipes regionais culturalmente distintas da SES estão localizadas em todo o mundo e trabalham conjuntamente com os clientes para atender às suas necessidades específicas de serviço e de largura de banda de satélite.

Terceirização: entenda em que passo está o PL Nº 4.330/2004

*Lúcia Helena Barros**

Entrevista cedida por Dra. Lúcia Helena Barros, do escritório Fialdini Advogados.

Quando o projeto entrou em discussão?

O Projeto de Lei n° 4330/2004 ("PL"), proposto pelo ex-deputado Sandro Mabel, sobre regulamentação da prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dela decorrentes, entrou em pauta no plenário da Câmara dos Deputados no mês de abril de 2015 e já sofreu diversas emendas em razão dos embates tidos acerca do tema.

A quem se aplica o Projeto de Lei?

Inicialmente, o referido PL terá aplicação somente para a empresa privada, produtor, pessoa física e o profissional liberal no exercício de sua profissão, já que em 14.04.2015 os parlamentares aprovaram emenda que exclui da aplicação do referido projeto às empresas públicas, sociedade de economia mista e suas subsidiárias e controladas.

Quais Mudanças o PL propõe?

O PL propõe a mudança em relação às atividades que poderão ser terceirizadas. Em 22.04.2015 foi decidido sobre a manutenção da possibilidade de terceirização não só da atividade-meio (aquela que não é inerente ao objeto principal da empresa), mas também da atividade-fim (aquela atinente ao objeto principal da empresa).

O PL teve o intuito de impedir a burla dos direitos trabalhistas ao coibir que o prestador de serviço seja pessoa jurídica: a) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado da tomadora de serviço; b) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com a tomadora, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade; c) titulares que nos últimos 24 meses tenham prestado serviços à tomadora na qualidade de empregado ou não, exceto se os titulares ou sócios forem aposentado.

Ainda, o PL manteve a regra geral de que o terceirizado não forma vínculo empregatício com a tomadora de serviço desde que não estejam presentes os elementos que caracterizem a relação empregatícia (ou seja, onerosidade, habitualidade, pessoalidade e subordinação).

O que muda para as empresas que terceirizam suas atividades?

O PL exigiu que o contrato de prestação de serviço contenha além dos requisitos essenciais a qualquer contrato, a especificação do serviço a ser prestado, impossibilitando que o empregado terceirizado seja utilizado em atividade diversa.

Também exigiu que o prestador de serviço apresente no contrato uma garantia (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária) à tomadora de serviço a qual será liberada mediante a comprovação da quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços terceirizados.

E não é só. Indicou que há a obrigatoriedade da tomadora de serviço fiscalizar se a prestadora está cumprindo com as obrigações trabalhistas e previdenciárias do empregado terceirizado.

Ressalta-se que por fiscalização entende-se exigir comprovantes de pagamento de salário, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, 13° salário, férias, vale transporte e todas as outras verbas inerentes à relação empregatícia.

O PL previu a necessidade da tomadora de serviço comunicar à prestadora e ao sindicato representativo da categoria profissional do trabalhador a ocorrência de acidente quando a vítima for trabalhador que participe direta ou indiretamente da execução do objeto do contrato.

Definiu também que a responsabilidade da tomadora de serviço será solidária (aquela em que o empregado terceirizado pode de maneira simultânea exigir o recebimento de suas verbas da prestadora e da tomadora) quando a prestadora não arcar com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Caso a prestadora falte com seus compromissos trabalhistas, o que deve fazer a empresa contratante?

O PL possibilitou expressamente que a tomadora retenha o pagamento da fatura mensal do prestador, em valor proporcional ao não pago ao terceirizado, até que a situação seja regularizada.

Pertinente mencionar que ao atribuir responsabilidade das tomadoras em quitar as obrigações trabalhistas e previdenciárias na hipótese das prestadoras não as realizarem, exigirá uma postura diferenciada daqueles que se utilizam da mão-de-obra terceirizada, como por exemplo, a criação de um setor para efetuar a guarda e o controle destes documentos.

Por fim, o projeto de lei previu que a tomadora de serviço deverá reter, sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço, a título de imposto de renda (alíquota de 1,5% ou outra menor), contribuição social sobre o lucro líquido (alíquota de 1%), contribuição para o PIS/PASEP (alíquota de 0,65%) e contribuição para financiamento da Seguridade Social (alíquota de 3%), mas este ponto ainda não foi pacificado e aguarda discussão nos próximos dias.

Oportuno mencionar que o PL dispôs que é nula a cláusula que proíba ou imponha condição à contratação de empregado terceirizado pela tomadora.

Quais direitos o funcionário tem dentro da empresa em que estiver alocado?

O PL tentou ainda equilibrar eventuais animosidades criadas no ambiente de trabalho ao prever que enquanto os serviços forem executados nas dependências da tomadora ou por local por ela designado, os terceirados terão, por exemplo, as mesmas condições de alimentação quando oferecida em refeitórios; direito de utilizar os serviços de transporte; atendimento médico ou ambulatorial existente nas dependências ou no local por ela designado.

Diante do exposto, vê-se que o PL visa regulamentar a terceirização que atualmente tem como principal diretriz a Súmula 331 do TST; dar segurança jurídica às relações empresariais que se utilizam deste tipo de serviço; e dar segurança jurídica àqueles trabalhadores que se submetem à terceirização.

** Advogada e sócia do escritório Fialdini Advogados.*

O interesse brasileiro e as "*backdoors*" importadas

*Rodrigo Fragola**

Por que é importante discutir uma legislação para proteger o Brasil de backdoors, que são exigências de legislações estrangeiras.

Nunca antes nesse país uma palavra-chave ficou tão em voga na mídia - e provavelmente nos mecanismos de pesquisa - quanto a expressão "porta dos fundos". E aqui não nos referimos à trupe humorística do momento, mas ao correspondente em português para a expressão "backdoor", e isto exclusivamente quando esta palavra aparece relacionada a incidentes computacionais ou telemáticos.

Um dado curioso, no entanto, é que enquanto se banaliza a questão em tudo quanto é tipo de foro, e até mesmo nas mesas de jantar, ainda não se nota no Congresso Nacional nem nos órgãos de segurança alguma proposta clara de regulação sobre este tema.

Sem ter a pretensão de ser o introdutor de uma, peço licença, pelo menos, para opinar pela pertinência de se refletir sobre a necessidade ou não de uma legislação específica.

A questão é bastante complexa. Foi por meio de backdoors - segundo a empresa de segurança SafenSoft - que, em 2014, agentes do cibercrime conseguiram inocular o "Ploutus", um malware adaptado como dispensador de dinheiro, em centenas de caixas eletrônicos do México, utilizando-se apenas de uma inocente porta de CD-Rom que - pasmem - ainda existia e ficava exposta em inúmeros equipamentos desse tipo usados naquele país.

Neste episódio específico, fica patente que a backdoor nada mais é do que o resultado de uma vulnerabilidade tola, atribuída a um erro de projeto ou a uma avaliação ingênua do risco a que são submetidos os caixas automáticos.

Aliás, quando uma backdoor é descoberta, seja em um equipamento de marca comercial ou em um aplicativo de uso corrente, o mais comum é que esta seja imediatamente tratada como "um bug de desenvolvimento" e exposta desta forma para o público, o que nem sempre é verdade. De fato, um bug aparentemente casual pode ter sido inserido de modo proposital exatamente para gerar uma backdoor, ficando o consumidor/usuário sem saber da real origem, acidental ou planejada.

Em outras palavras, as backdoors mais preocupantes são aquelas produzidas de maneira oposta ao que ocorreu com as mencionadas ATMs do México, ou seja, aquelas que são projetadas como parte essencial do produto de software ou hardware.

Sempre envolvido em polêmicas das mais acaloradas, este tipo de backdoor foi pivô de altíssimas discussões entre as duas maiores potências mundiais quando, no ano passado, o governo chinês trouxe a público uma parte de seu projeto de lei antiterror, que obriga os fabricantes nacionais ou estrangeiros a instalar backdoors em seus produtos de informática, de modo a dar acesso garantido a tais produtos, quando em uso, para os órgãos de segurança de estado.

Em sua veemente e moralmente justa reclamação, o governo norte-americano se esqueceu do básico. Isto é: de suas próprias e inúmeras disposições legais que, não apenas exigem backdoors para sistemas de hardware, mas também para aplicativos, sistemas de redes sociais e até - o que não é assumido abertamente, nem enfaticamente negado - para sistemas operacionais de máquinas pessoais ou de servidores de rede.

Aliás, já nos primórdios da Internet (que, diga-se de passagem, se desenvolveu inicialmente por interesse militar americano), a inteligência e defesa daquele país já projetavam o "Carnivore", uma espécie de tarântula cibernética capaz de varrer todos os pontos de troca da rede global, escaneando

palavras-chave trocadas em mensagens de e-mail ou publicações em sites e qualquer tipo de informação que circule na World Wide Web.

A fim de juridicamente respaldar o Carnivore e similares, em 1994 o governo americano aprovou a Lei de Auxílio das Comunicações para a Aplicação de Direito (CALEA, na sigla em Inglês), concedendo às autoridades legais não só o direito a acesso via backdoors (que obrigatoriamente devem ser instaladas em equipamentos de rede), mas também a manutenção de checkpoints, ao longo de toda a Internet, para monitoramento lógico, semântico e até fonético (vocal, para identificação de pessoas).

E há inúmeros outros aparatos, alguns até bem mais antigos que o já veterano Carnivore, como é o caso do Echelon. Gestado a partir dos acordos de inteligência entre EUA, Inglaterra e outros aliados ao final da Segunda Guerra, o Echelon foi posto para funcionar décadas depois, em 1980. Hoje, este é notoriamente um dos aparelhos centrais do grupo conhecido como "cinco olhos", por envolver os serviços de inteligência dos EUA, Inglaterra, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. O Echelon é nada mais nada menos que uma rede global explicitamente voltada para a vigilância ostensiva. Ele não escamoteia suas funções de espião na coleta de informações críticas que o grupo dos cinco olhos classifica como SGINT, ou "sinais sensíveis de inteligência".

Mas, se como vimos, há backdoors acidentais - frutos de erro de projeto ou ingenuidade - e backdoors intrinsecamente indesejáveis (embora militarmente justificáveis), pois projetadas em função de interesses de estado e quase sempre afrontando a nossa privacidade, também é preciso ressaltar que há um tipo de backdoor "do bem".

São, por exemplo, interfaces contidas em hardware ou programas que viabilizam ao fabricante ou mantenedor levar suporte, melhorias ou evoluções ao dispositivo remoto. É inclusive através de portas desse tipo que, muitas vezes, se faz a atualização de sistemas de proteção contra invasores virtuais. Tais portas dos fundos, no entanto, estão entre as preferências do cibercrime como caminho para atingir seus butins.

De modo que discutir uma regulação para os backdoors levanta ao menos três questões iniciais que, é claro, não pretendem exaurir o tema:

1 - É possível (e recomendado) proibir os backdoors? Se sim, em que base tecnológica tal proibição se viabiliza sem causar prejuízos insuportáveis para a indústria, para a segurança de estado, ou para os usuários finais?

2 - É possível estabelecer controles legais sobre backdoors lícitas ou ilícitas; e, de novo, com que bases técnicas, além do escopo legal/político?

3 - Por onde iniciar o marco regulatório; quais são os modelos já vigentes em outros países que poderíamos buscar para efeito de discussão?

As únicas repostas a meu alcance, no momento, são que as backdoors não intencionais representam uma simples questão de engenharia de processos e estratégia de gestão. Cabe aos setores industriais relacionados à computação e à telemática aprimorar o design de produtos mediante mapeamento e avaliação dos riscos.

A indústria de segurança é um aliado essencial para o avanço da excelência na localização e combate às vulnerabilidades, bem como na automação dos sistemas de identificação, vigília e controle de acesso àsbackdoors.

Já as backdoors "de serviço", que tem suas finalidades benignas, estas são objetos naturais do mundo cibernético e telemático e requerem os mesmos cuidados de engenharia de segurança acima descritos para os buracos acidentais. Mas elas nos dão, teoricamente, a vantagem de serem entidades conhecidas e tecnicamente descritas nos projetos do dispositivo e estão à disposição do usuário/gestor para que ele se previna contra intrusos.

Quanto às backdoors decorrentes de legislações de guerra ou imposições de estado em geral, a complexidade da resposta vai muito além da questão técnica e clama por uma discussão que abrange tópicos tais como a aplicabilidade geopolítica das legislações digitais dos países.

É uma áspera e difícil - mas urgente - questão para a sociedade como um todo e especialmente para o legislador e a comunidade de segurança e defesa.

O que temos de certo, por enquanto, é que qualquer que seja o rumo que ganhe esta discussão, o debate não irá avançar sem a indispensável contribuição da comunidade de tecnologia. É preciso, porém, que o Estado e as nossas instituições cidadãs confiram reconhecimento e confiabilidade a grupos nacionais acadêmicos, industriais e militares que se disponham, de fato, a debater o assunto à luz de interesses especificamente brasileiros. Exatamente como acontece em diversos outros países, em relação às suas organizações e empresas nacionais.

**** Diretor Adjunto de Defesa e Qualidade da ASSESPRO-DF e Presidente da Aker Security Solutions.***

Crise para uns, oportunidade para outros

*Benjamin Yung**

Ao passo que a desaceleração da economia brasileira vem provocando expressivo aumento no número de empresas com dificuldades financeiras, o mesmo cenário também propicia oportunidades interessantes para investidores dispostos a correr certos riscos, devidamente calculados, visando à obtenção de retornos significativamente superior quando comparados aos de mercado.

Para esse tipo de investidor, a crise é vista como uma atraente ocasião de aquisições. Atentos ao momento de instabilidade, buscam nos mais diferentes setores da economia e até mesmo em diferentes áreas produtivas uma boa oportunidade de negócios.

Na lista estão inclusos tanto investidores nacionais, especializados nesse tipo de negócio, quanto grandes fundos internacionais. Estes, munidos com um dólar cada vez mais forte e valorizado, surgem com mais frequência e maior interesse no momento vivido pelo nosso país.

Como alvo, os investidores selecionam desde empresas em dificuldades, imóveis, até mesmo empreendimentos inteiros de incorporadoras. Observam também, com atenção, os passos de grandes construtoras em apuros, principalmente as que têm sofrido em consequência do envolvimento com o esquema de corrupção com a Petrobras, investigado pela Polícia Federal.

Outro alvo de interesse é o setor produtivo. A crise vivida pelas usinas e até mesmo por fazendas em decorrência da falta de chuvas que assolou o país no ano passado atraiu a atenção principalmente de estrangeiros ávidos em investir numa ação que, claro, envolve riscos pela incerteza, mas que também oferece possibilidades de retorno significativamente superior.

No perfil desses investidores, existem outras peculiaridades. Há os que investem com um prazo estipulado para sair, assim como os que não só investem como também arregaçam as mangas para trabalhar, promover uma sequência de transformações, visando à reestruturação do negócio, o que é conhecido no universo administrativo como Turnaround.

Preocupante, a crise econômica nacional não é exclusividade de um único setor. Em todas as regiões do país, a situação tem deixado muitos empresários com urgente necessidade de vender, passar à frente seu negócio ou, ao menos, contar com o auxílio de um sócio capitalista. Por outro lado, muitos são os interessados em investir, justamente, nessas empresas em dificuldade.

Desse seleto rol de investidores, nem todos são experientes nesse tipo de negociação. Muitos possuem recursos financeiros, mas carecem de expertise para escolher os ativos ou para conduzir o processo. Nesses casos, contar com auxílio especializado pode fazer diferença. Esse tipo de profissional pode selecionar onde investir, ajudar na intermediação da negociação, bem como assessorar em uma possível reestruturação necessária para a companhia.

Se o momento é de complicações para a sobrevida empresarial, é, também, ideal para abrir os olhos e as portas para investidores que buscam tal oportunidade. Como crava o dito popular, trata-se, afinal, de se juntar a fome com a vontade de comer.

** Especialista no segmento de reestruturação financeira e fundador da consultoria Estratégias Empresariais.*

Ordem mundial

Em **Ordem mundial**, da **Editora Objetiva**, Henry Kissinger, Prêmio Nobel da Paz de 1973, faz uma meditação profunda sobre as raízes da harmonia internacional e da desordem global. Escrito a partir da sua experiência enquanto um dos mais notáveis estadistas da era moderna – aconselhando presidentes norte-americanos, viajando pelo mundo, observando e moldando os eventos mais marcantes da política externa das últimas décadas – Kissinger apresenta finalmente uma análise detalhada e complexa tendo em vista o que considera ser o maior desafio do século XXI: construir uma ordem internacional partilhada num mundo de perspectivas históricas divergentes, conflitos violentos, proliferação tecnológica e extremismo ideológico.

Para o autor, as relações internacionais nos dias de hoje se dão em uma escala global, e os diferentes conceitos históricos sobre a ordem mundial estão se aproximando. As regiões participam das questões de alta política umas das outras de forma quase instantânea. Contudo, não há consenso entre os maiores atores sobre as regras e os limites que guiam esse processo, ou sua direção principal. O resultado, avalia, é uma crescente tensão.

Segundo Kissinger, jamais existiu uma "ordem mundial" que fosse verdadeiramente global. "A ordem que conhecemos hoje foi concebida na Europa Ocidental há quase quatro séculos numa conferência de paz realizada na região alemã de Vestfália, sem o envolvimento ou sequer o conhecimento da maioria dos outros continentes ou civilizações.". De acordo com autor, a denominada "paz vestfaliana" refletiu uma acomodação de ordem prática à realidade, com base num sistema de Estados independentes que renunciavam à interferência nos assuntos internos uns dos outros e limitavam as respectivas ambições por meio de um equilíbrio geral de poder. Sendo assim, cada Estado era reconhecido como autoridade soberana em seu próprio território.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA SILVA GAEDE & ASSOCIADOS | ADVOGADOS

Tributário • Societário • Energia • Oil & Gas
Telecomunicações • Financeiro • Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gsga.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º, 10º e 15º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gsga.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gsga.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gsga.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gsga.com.br

SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • CURITIBA • BELO HORIZONTE • BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES • LIMA • SALT LAKE CITY • MIAMI • NEW YORK**

Brasil e México unem forças pelo Turismo

Países latinos firmam compromisso para desenvolver o setor por meio de troca de experiências

As duas maiores potências do turismo na América Latina vão trocar informações sobre boas práticas para fortalecer o setor. O ministro do Turismo do Brasil, Henrique Alves, e a ministra do Turismo do México, Cláudia Ruiz Massieu Salinas, reuniram-se em Brasília. O Brasil quer conhecer melhor o modelo de promoção internacional e a criar áreas de interesse do turismo do México. Em contrapartida, o Brasil vai ajudar o país da América Central a desenvolver o turismo interno. Os próximos passos são a formalização do compromisso de ajuda mútua e a elaboração de um plano de trabalho com a previsão de visitas técnicas.

Atualmente 70 mil mexicanos visitam o Brasil por ano e 300 mil brasileiros desembarcam no México. "Temos de equilibrar essa conta", disse Alves durante o encontro. Entre as ações previstas dentro da estratégia de melhoria da promoção internacional está a nova formatação da Embratur, autarquia responsável por divulgar o Brasil no exterior. A ideia é copiar modelos mais modernos, que agilizem as contratações e permitam a união de esforços entre o governo e a iniciativa privada, como a Apex-Brasil e o órgão que desempenha função similar à Embratur no México.

O desenvolvimento de áreas de interesse turístico no México também será analisado por uma equipe técnica, responsável pela adaptação do modelo à realidade brasileira. Há 40 anos, Cancun era uma província de 20 mil habitantes, sem estrutura turística. Atualmente, a região tem um parque hoteleiro com 84 mil quartos, a porta de entrada para 70% dos US$ 16 bilhões de dólares que entraram no país no ano passado.

A criação de zonas turísticas prevê uma série de facilidades tributárias, econômicas e de licenciamento que fomentem e facilitem a atração de investimentos. "Conseguimos promover uma verdadeira revolução social por meio do turismo. Estamos falando de milhares de empregos e oportunidade para uma área que não tinha outra possibilidade", disse Cláudia.

A ministra mexicana destacou a importância do setor turístico como gerador de emprego e renda. "Atualmente há uma percepção no nosso país do poder que o nosso setor tem, tanto que criamos um gabinete interministerial voltado para o turismo uma vez que tratamos de questões que transversais, ligadas a outras pastas como aviação e meio ambiente", disse. As missões internacionais devem contar com a participação de representantes de órgãos de controle e do Meio Ambiente.

Atualmente o turismo responde por 3,7% do PIB e gera 3,1 milhões de empregos diretos no Brasil. "Podemos muito mais e, tenho certeza de que a experiência do México pode nos ajudar", afirmou Alves. A contrapartida do Brasil no acordo bilateral será voltada para o mercado interno. O México quer aprender como estimular os cidadãos a conhecerem o próprio país. Cerca de 85% da movimentação turística brasileira é gerada pelas viagens domésticas.

QUEM CONHECE CONFIA

TERCEIRIZE SUA CONTABILIDADE

Experiência, credibilidade

e atendimento personalizado.

O melhor custo e benefício para sua empresa, desde 1998.

Grupo PPF Brazil

Contadores

Nossos Serviços

- Contabilidade
- Impostos
- Folha de Pagamento
- Controle Patrimonial
- Controle Financeiro
- Peritagem Judicial
- Due-diligence
- Conselho Fiscal
- Reorganização Societária

Escritórios: Barra da Tijuca - Centro - Valqueire

Tel. 55+(21)2224-3794 / 2238 8148 www.ppfbrazil.com.br

Crescimento econômico do Brasil deve ser imediatamente retomado

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu em 2014, segundo o IBGE, tão somente 0,1%, com forte desaceleração em relação a 2013 (2,7%). O Conselho Federal de Economia entende que este ritmo de crescimento de nossa economia, expresso na queda do PIB per capita de 0,7%, está muito aquém das necessidades do país e da geração de empregos.

A análise do desempenho setorial do PIB, pela ótica da oferta, revela que o pior desempenho foi do setor industrial, com queda de 1,2%, e que, não obstante o forte crescimento da indústria extrativa mineral (8,7%), decorreu do péssimo resultado da indústria de transformação (queda de 3,8%) e do grupo composto pela construção civil, energia, gás, água e esgoto (queda de 2,6%).

O setor de serviços teve crescimento de 0,7%, com destaque positivo nos segmentos de serviços de informação (4,6%) e atividades imobiliárias (3,3%) e negativo do comércio (-1,8%). Já o setor agropecuário teve crescimento modesto, de 0,4%.

Pela ótica da demanda, embora tenha havido expansão do consumo das famílias (0,9%), ocorreu uma forte desaceleração em relação a 2013 (2,9%). O mesmo se deu no consumo do governo (crescimento de 1,3% contra 2,2% em 2013). Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve queda de 4,4%, levando sua participação no PIB a recuar de 20,5% em 2013 para 19,7% em 2014.

Neste momento em que o governo federal promove um ajuste fiscal, o Cofecon revela sua preocupação com a possibilidade de as medidas propostas virem a comprometer a necessária retomada do crescimento econômico.

> *“É de se esperar também que cortes de subsídios e em programas de grande impacto social, como o Minha Casa Minha Vida, gerem consequências negativas no nível de emprego e na aquisição de insumos da indústria, impactando negativamente o dinamismo econômico.”*

O Brasil está carente de uma política econômica de longo prazo, resistente no tempo, cujo objetivo seja promover o crescimento da economia e proporcionar a redução da pobreza e da desigualdade social e elevar o bem estar da população brasileira.

O Governo Federal tem constantemente tomado decisões de política econômica de curto prazo, com base em conveniências conjunturais. Assim, nesses últimos anos, num contexto internacional de oscilação econômica, a gestão anterior foi marcada por medidas que, a rigor, não surtiram os efeitos esperados: desonerações fiscais; manutenção artificial de importantes preços da economia, como combustíveis e energia; e elevação dos gastos de capital e correntes, mas sem compensação de receita, o que resultou em deterioração das contas públicas e elevação das expectativas de inflação.

Esse contexto levou à proposição de ações de ajuste fiscal e monetário, muito embora parte delas ainda em tramitação no Congresso Nacional. Os sinais que chegam do mercado são de pessimismo, com empresários adiando projetos de investimentos em razão dos elevados juros e baixa competitividade enquanto, de outro lado, trabalhadores sofrem com a perspectiva de redução dos salários reais e desemprego, determinada pelo crescimento da inflação e queda nos resultados das empresas, que se reflete no desempenho insatisfatório do PIB.

Nesse cenário, soa preocupante e inaceitável a perspectiva que se avizinha de elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que já sofreu majoração em dezembro, constrangendo ainda mais um elemento fundamental de política creditícia e dificultando a retomada do investimento produtivo no país.

O objetivo da equipe econômica é alcançar, em 2015, superávit primário correspondente a 1,2% do PIB, ou R$ 66,3 bilhões, sendo R$ 55,3 bilhões advindos da União e o restante dos estados e municípios. Esse montante corresponde a tão somente cerca de 20% dos gastos com juros da dívida pública. Dito de outra forma, o ajuste fiscal será feito com sacrifício do setor produtivo, com consequências mais profundas para a classe trabalhadora, em prol do setor financeiro, promovendo a transferência de recursos do primeiro para o segundo. Vale ainda destacar que a prática de gerar superávits primários eterniza uma situação favorável aos rentistas, credores dos títulos da dívida pública, uma vez que a manutenção de altas taxas de juros eleva o valor total da dívida pública.

Uma das consequências prováveis será a redução do volume de recursos a serem transferidos pela União e, portanto, os estados e municípios tenderão a realizar esforço fiscal maior, a partir da utilização de outros mecanismos para elevação da arrecadação, assim como a racionalização de despesas.

É de se esperar também que cortes de subsídios e em programas de grande impacto social, como o Minha Casa Minha Vida, gerem consequências negativas no nível de emprego e na aquisição de insumos da indústria, impactando negativamente o dinamismo econômico.

Diligentes com a nossa missão institucional, alertamos quanto aos possíveis desalinhamentos que essa política econômica poderá causar aos setores produtivos com efeito direto nas condições de trabalho e de vida da sociedade brasileira.

Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil, Parte Geral – das normas processuais civis

*Lúcio Flávio Siqueira de Paiva**

Neste artigo sobre o Novo CPC, trataremos de um importante e inovador tema, que ocupa os arts. 9° e 10 do vindouro diploma processual: o chamado princípio da não surpresa.

A questão da não surpresa das decisões judiciais tem ligação direta com a garantia constitucional do contraditório e, por isso, já era reclamada há tempos em sede doutrinária. Processualistas do quilate de DIERLE NUNES e FREDIE DIDIER JUNIOR já trabalhavam essa temática em seus escritos, sublinhando tratar-se de imposição decorrente do contraditório assegurado na Lei Maior. Nada obstante essas manifestações da doutrina, o fato é que os julgadores nunca deram maior atenção ao tema, pelo que se mostram absolutamente corriqueiras decisões judiciais fundamentadas em matérias não suscitadas por qualquer das partes e que surgem, de maneira inédita – e surpreendente – por ocasião da prolação da decisão judicial. Aqueles que advogamos diariamente sabemos bem que assim ocorre e com apreciável constância.

Agasalhado nos artigos 9° e 10 do NCPC, esse princípio, antes trabalhado apenas em doutrina, ganhou lugar privilegiado na nova legislação processual. Dizem, pois, os dois dispositivos citados: (i) artigo 9: "não se proferirá decisão contra uma das partes sem que esta seja previamente ouvida"; (ii) artigo 10:"o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício".

Cito, para fins de esclarecimento e mensuração do quão relevante se apresenta o princípio da não surpresa para o dia-a-dia dos profissionais do direito, um caso concreto sobre o qual me debruço no presente momento. Um certo médico foi processado, por uma ex-paciente, que alegava ter sido vítima de erro médico (imperícia) em cirurgia a que se submetera, razão pela qual postulou a condenação do profissional em danos morais e materiais. Na instrução do feito e após a realização de perícia, foi constatado a inexistência do alegado erro, oportunidade em que o expert designado pelo juízo provou, com dados técnicos, que as sequelas das quais reclamava a paciente eram consequências esperadas – e prováveis – da intervenção cirúrgica. Como não poderia ser diferente, o juiz de primeiro julgou, em sentença, improcedentes os pedidos formulados na ação indenizatória. Sobreveio apelação, na qual a paciente repisou os fundamentos de sua petição inicial e bateu-se pela reforma da sentença. Ao julgar o apelo, o tribunal, com base na ausência de apresentação, pelo médico-réu, do termo de esclarecimento e consentimento da paciente, condenou-o a indenizar a autora em danos morais. Note-se: a questão relacionada à existência ou não do termo de esclarecimento e consentimento jamais tinha sido debatida pelas partes em primeiro grau; ninguém a alegou. O tribunal, sob o fundamento de que tal matéria seria de ordem pública, dela conheceu de ofício e, surpreendendo as partes - surpresa ótima para a ex-paciente e péssima para o médico – utilizou-a como fundamento para reformar parcialmente a sentença do juiz singular.

Claro que essa decisão, mesmo à luz do ordenamento jurídico atual, é bastante questionável; viola (parece-nos) o contraditório pois inova a causa de pedir, visto que tal questão deveria ter sido alegada pela autora em sua petição inicial e não foi. Todavia, há um contra-argumento possível - conquanto com ele não concordemos: o dever de prestar informação clara e precisa ao consumidor é uma matéria de ordem pública (artigo 6° do CDC) que, por isso mesmo, pode ser conhecida e aplicada pelo tribunal exofficio. De todo modo, fosse já vigente o Novo CPC, tal decisão seria inquestionavelmente nula, eis que violaria frontalmente os artigos 9° e 10 do vindouro diploma processual.

Esse caso concreto, talvez melhor que qualquer divagação doutrinária, bem demonstra a relevância do princípio da não surpresa, assim como os impactos que trará na forma como os juízes decidem questões, sejam processuais ou meritórias, sejam incidentais ou finais, nos processos submetidos à sua análise. Não poderá, pois, o julgador proclamar uma incompetência absoluta, uma carência de ação ou uma prescrição de pretensão de direito material - apenas para citar alguns corriqueiros exemplos - sem previamente ouvir as partes sobre tais questões.

E isso é bom e é ruim ao mesmo tempo. Bom, porque permite que as decisões judiciais sejam, todas elas, submetidas ao crivo do pleno contraditório, com o que potencialmente se alcançam decisões mais seguras e justas; ruim, pois impõe ao julgador a abertura prévia de vista às partes acerca de todas as questões processuais e de direito material, mesmo que de ordem pública,acerca das quais pretenda proferir decisão, acarretando inevitável atraso na prestação da tutela jurisdicional.

Certamente o princípio da não surpresa provocará muita discussão entre os profissionais do direito; a magistratura, principalmente, deverá externar sua insatisfação, pois que tal princípio, ao final e ao cabo, modifica profundamente o atual modo de julgar. De nossa parte, sempre com o devido respeito às opiniões em contrário, entendemos que é bem-vinda a inovação trazida pelo Novo CPC, pois que evita ocorram situações como a que narramos nesse artigo, em que o médico, acusado de erro, acabou condenado por um fato jamais discutido no processo e do qual não pode se defender: o tal termo de esclarecimento e consentimento.

**** Advogado, sócio do escritório GMPR - Gonçalves, Macedo, Paiva & Rassi Advogados. Mestre em Direito, Professor da PUC e da Escola Superior da Magistratura, Membro Efetivo da Comissão de Estudo do Novo CPC do Conselho Federal da OAB.***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2015/2017 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Jorge Saul Doctorovich, José Carlos Monteiro, Roberto Procópio de Lima Netto, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien.*

DIRETORIA

Presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
1º Vice-presidente - *Gustavo Damázio de Noronha*
Vice-presidentes - *Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Diretor Executivo - *Marcos Chouin Varejão.*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Claudio Roberto Contador*

Membros - *Luiz Affonso Neiva Romano e Raul Christiano de Sanson Portella*

Suplentes - *Aldo Henrique Ramos, Jorge Nisenbaum e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

CONSELHO CONSULTIVO

Conselheiros - *Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

Diretoria Adjunta
Diretores - *Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz e Roberto Haddad.*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira e Graziele Costa

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Design brasileiro exporta mais de US$ 5 milhões em serviços nos últimos 12 meses

Estados Unidos é o país com maior volume de negócios com o Brasil

A Associação Brasileira de Empresas de Design (ABEDESIGN), por meio do Brasil Design, projeto de promoção do design brasileiro feito em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), acaba de anunciar os primeiros resultados de um levantamento sobre internacionalização das empresas brasileiras de design associadas a ABEDESIGN no período dos últimos 12 meses.

A pesquisa, feita entre os dias 23 de março a 10 de abril de 2015, revelou que 58,57% das empresas prestaram algum tipo de serviço de design no mercado internacional. No total, elas exportaram mais de US$ 5 milhões de dólares em serviços de design. Os mercados principais foram Estados Unidos, Peru, Colômbia e México. Outros países também foram mencionados com destaque, como França, Alemanha, Equador, Inglaterra, Portugal, entre outros. Em comparação a última pesquisa, o volume de negócios aos Estados Unidos teve um aumento significativo (12%), assim como Peru e Colômbia (8%).

Já os principais serviços prestados foram Design Gráfico (55,32%), seguido de Design de Embalagem (42,55%), Branding (31,91%), Design de Produto (34,04%), Design Digital (23,40%), Design de Varejo (25,53%), Design Estratégico (21,28%), Inovação (10,64%) e outros serviços (4,26%) como Curadoria em Exposição. Em relação à última pesquisa, realizada em 2013, o Design Gráfico (24%) também liderou o tipo de serviço prestado para exportação, seguido por Branding (14%).

De acordo com a gerente executiva da ABEDESIGN, Anna Carolina Maccarone, exportar serviços é um grande desafio. “O apoio da Apex-Brasil tem sido fundamental para promover o design brasileiro no mercado internacional. Para nós, a criatividade, ou a capacidade de inovar de forma significativa, vem se consolidando a cada dia como o fator determinante da vantagem competitiva das empresas. Por isso, entendemos que resultado obtido na pesquisa é um excelente, afinal o Brasil sempre foi um grande exportador de commodities”, destaca.

O Brasil Design é o Projeto Setorial Integrado de Promoção de Exportações dos Serviços de Design Brasileiro realizado em parceria pela Apex-Brasil e pela ABEDESIGN. Criado em 2006, tem como objetivo inserir o design brasileiro no mercado internacional, oferecendo ações orientadas para a promoção de exportação, posicionamento e construção de imagem, internacionalização e produção de inteligência comercial aos empresários do ramo. Além disso, visa contribuir para a criação de uma cultura do design brasileiro, a partir da construção de uma visão detalhada do setor, com seleção de mercados-alvo, visibilidade do potencial do design nacional e possibilidade de geração de negócios. Para participar do projeto, o interessado deve entrar em contato pelo e-mail: abedesign@abedesign.org.br

A nº 1 brasileira de auditoria independente conta com 500 escritórios em 80 países. **FAÇA SUA ESCOLHA.**

Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers
24 anos

Independent Member of
BKR
International

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br

55 21 2156-5800

www.lopesmachado.com

Siga-nos:

Credibilidade é a nossa marca. Fator que coloca a BKR entre as maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo.

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

Quanto mais alto o desafio, maior a satisfação em alcançá-lo.

Bradesco.
Pela quarta vez consecutiva, a marca de banco mais valiosa no Brasil, segundo pesquisa da Millward Brown Vermeer.

Rio2016

Rio2016
JOGOS PARALÍMPICOS

PATROCINADOR OFICIAL

TM Rio 2016 | Todos os direitos reservados.

WMcCANN | BRADESCO

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933
bradesco.com.br @Bradesco facebook.com/Bradesco

Bradesco
Tudo de BRA para você.